

Gabriela Morais

A Genética
e a Teoria da Continuidade Paleolítica
aplicadas à
*Lenda da Fundação de Portugal,
Irlanda e Escócia*



© Apenas Livros Lda.,
Gabriela Morais

Al. Linhas de Torres, 97, 3º dto.
1750-140 Lisboa
Tel/fax 21 758 22 85
apenaslivros@oninetspeed.pt

Depósito legal nº 275920/08
ISBN: 978-989-618-180-2

1ª edição: 250 exemplares
Maio de 2008
Publicação nº 284

Revisão de Luís Filipe Coelho

Colecção OFIUSA, 11
Dirigida por: Gabriela Morais
gabrielaformais@gmail.com

www.apenas-livros.com

*A História é a forma espiritual – expressão
que abarca a ciência, a arte, etc. – de uma
cultura prestar contas do seu passado*

Huizinga

PRÓLOGO

Há já algum tempo que, a partir das nossas investigações, era intenção da Fernanda Frazão (editora e investigadora de História) e minha, acrescentarmos à *Lenda da Fundação de Portugal, Irlanda e Escócia* (Apenas Livros, 2005) editada nesta mesma colecção, mais 4 ou 5 páginas com algumas das informações que se seguem. Afinal, muito do que aqui é abordado terá de ficar para posteriores desenvolvimentos e o que era para ser uma adenda transformou-se noutro livro, devido à sua dimensão, incompatível com o formato destas pequenas obras. Este é, assim, o vol. II da *Lenda da Fundação*. A bibliografia consultada é mais vasta do que a mencionada, mas também por causa da dimensão, optou-se por citar, no interior do texto, apenas a mais importante. Também se optou por transcrever as citações dos autores, em inglês e espanhol, traduzindo-se, para melhor compreensão, as italianas.

Quero deixar aqui expressos os meus maiores e mais sinceros agradecimentos ao professor Xaverio Ballester que, demonstrando uma enorme simpatia, se disponibilizou prontamente a ler, a emendar-me a mão e a trazer-me achegas preciosas. Também foi preciosa uma informação do professor Manuel Calado, a quem igualmente aproveito para agradecer outras ajudas retroactivas. Um muito obrigada também ao meu marido, pela paciência para ler e reler estas linhas e pelo grande empenhamento que pôs na correcção e nas pesquisas que fez para me ajudar neste trabalho.

I Parte
**A GENÉTICA, A SUA RELAÇÃO COM A ARQUEOLOGIA
E A LENDA DA FUNDAÇÃO DE PORTUGAL, IRLANDA E ESCÓCIA**

Quando o trabalho de a *Lenda da Fundação* foi realizado, em 2005, tive a tentação de referir a Genética como disciplina que poderia ajudar a comprovar o que haveria de verdade histórica por detrás desse corpo lendário. A tal não me atrevi então, pois era quase completo o meu desconhecimento e ainda não tinha feito um estudo muito seguro do que já se investigava e divulgava nessa matéria. Porém, passado precisamente um ano sobre a publicação da primeira edição desse pequeno livro, em Setembro de 2006 saiu a obra de Bryan Sykes, *Blood of the Isles, Exploring the Genetic Roots of Our Tribal History* (Bantam Press). E, com ela, essa área abriu-se inevitavelmente à minha curiosidade.

Este professor e especialista de Genética, da Universidade de Oxford, após um estudo efectuado durante dez anos, veio trazer a lume as conclusões a que ele e o seu grupo de investigadores chegaram, a partir de as análises do ADN do povo britânico, baseada num grande número de amostras das populações de todas as ilhas. E tive a surpresa agradável de ver, nesta obra, uma ajuda riquíssima para a possível confirmação de muitas das hipóteses então levantadas, preenchendo a minha lacuna.

Por outro lado, verifiquei que também o autor confrontava as suas próprias investigações com o mesmo *corpus* mitológico em que se insere a *Lenda da Fundação* e a arqueologia estudada em torno dele. Assim, em *Blood of the Isles*, Sykes, para além de afirmar que os mitos são instrumentos poderosos, pois «often contain more than a grain of truth» (p. 135), estabelece um paralelismo entre as comunidades dos concheiros mesolíticos da costa portuguesa – do Tejo e do Sado – e os da Irlanda e o seu processo evolutivo para os tempos dos primeiros agricultores (p. 142). Igualmente recorre ao arqueólogo Barry Cunliffe, estudioso dos monumentos megalíticos ao longo da costa atlântica, das ilhas Britânicas à Ibéria, dizendo que ele «[...]traces their origin to the shell middens of Mesolithic Portugal[...]» (p. 143). Na verdade, Cunliffe, frequentemente citado na *Lenda da Fundação*, considera, à semelhança de M. Calado (*Menires do Alentejo Central*, www.crookscape.org), haver uma correspondência óbvia entre a arquitectura mesolítica e a arquitectura megalítica do Neolítico Antigo, que enxameia o Alentejo central, região contígua à dos maiores concheiros encontrados, até à data, em Portugal – os do Tejo e do Sado. A evidência dessa continuidade é visível nos mais antigos esti-

los de arquitectura funerária neolítica, isto é, as antas e as antas de corredor, onde as mamoadas têm terra no lugar das conchas, a cobertura preferencial das sepulturas mesolíticas.

Por tudo isto, B. Sykes considera que «[...]as well as these rich origin myths, there is an abundance of solid, archeological evidence of Ireland's past» (p. 135) e que tais elementos são «[...]definitely something to bear in mind when we contemplate the living archaeology of the genes» (pp. 144-145). Abordando a sua área específica, Sykes é de opinião que os resultados das análises do ADN irlandês se harmonizam inteiramente com os do ADN das restantes populações das ilhas Britânicas (p. 64). Deste modo, para este investigador, as raízes genéticas de linha materna, não só da Irlanda, como da região ocidental da Grã-Bretanha, encontram-se nas populações que habitaram a faixa atlântica do Extremo Ocidente da Europa, desde épocas recuadas: «The matrilineal history of the Isles is both ancient and continuous. I see no reason at all from the results why many of our maternal lineages should not go right back through the millennia to the very first Paleolithic and Mesolithic settlers who reached the islands around 10 000 years ago[...]» (pp. 279 e seg.). E acrescenta: «[...]There was a very large-scale movement along the Atlantic seaboard north from Iberia, beginning as far back as the early Neolithic and perhaps even before that[...] The number of exact and close matches between the maternal clans of western and northern Iberia and the western half of the Isles is very impressive, much more so than the much poorer matches with continental Europe» (p. 280).

Mas Sykes também compara estes resultados da herança materna com os resultados obtidos quanto à linhagem masculina. A existência predominante não só de outros elementos, mas igualmente do cromossoma Y, a que chama atlântico, e as notórias afinidades com a Ibéria reforçam a sua hipótese, afirmando estar convencido ser nessa direcção que se devem procurar as origens da grande maioria dos cromossomas Y das ilhas.

No que se refere, em particular, à Escócia, para além de salientar a sua directa descendência das populações irlandesas, também confirma que, no respeitante aos Pictos – outro povo historicamente integrante desse país –, «their ancestors, just like the rest of the people of the Isles, have been there a very long time, but they are from the same stock. They are from the same mixture of Iberian and European Mesolithic ancestry that forms the Pictish/Celtic substructure of the Isles» (p. 282).

«The sea has never been a barrier to the people of the Atlantic» (p. 170).
«The sea routes of the Atlantic fringe conveyed both men and women to

the Isles» (pp. 283 e seg.). «In Wales, Ireland and Scotland the only branch is the oceanic branch[...] and the oceanic branch[...] peppers the map of the west side of Britain from bottom to top[...]» (p. 274).

Em conclusão, para Sykes também aqueles que alcançaram as ilhas nos primeiros tempos da agricultura terão vindo juntar-se aos que ali já se encontravam desde os tempos mesolíticos, tendo lá chegado precisamente através das mesmas rotas marítimas, ou terrestres, antes da subida do nível do mar (pp. 281 e seg.).

É perante estes resultados que, de volta às lendas, Sykes diz que os mitos irlandeses dos Milesianos (vide *Lenda da Fundação de Portugal, Irlanda e Escócia*) tinham razão, pois a genética corrobora a grande quantidade de irlandeses de ambos os sexos que chegaram às ilhas, vindos da Ibéria.

Ao encontro destas conclusões de Sykes, e com directa relação com o tema da *Lenda da Fundação*, veio uma outra achega de um estudo genético, feito por um grupo de cientistas (J. Zschocke e outros, *Phenylketonuria and the peoples of Northern Ireland*, www.springerlink.com/content/60mfveencn3unn8f/) cuja preocupação foi a de encontrar o rasto da origem de certas doenças. Através da análise de mutações genéticas, adiantam: «The analysis of phenylketonuria mutations in Northern Ireland shows that most major episodes of immigration have left a record in the modern genepool. The mutation I65T can be traced to the Palaeolithic people of western Europe who, in the Mesolithic period, first colonised Ireland».

Muitas destas afirmações de especialistas de genética parecem fazer-nos recuar ainda mais no tempo do que o próprio texto da lenda do Gatelo/Mil e dos seus descendentes, os Milesianos, personagens míticas a quem se atribui a fundação de Portugal, Irlanda e Escócia (v. *Lenda da Fundação...*). Mas a verdade é que essa divergência cronológica é só aparente. Como se fez então referência nessa obra, esta lenda não é uma unidade separada, pertence a um *corpus* lendário muito mais complexo e que engloba uma sucessão de épocas. A mítica invasão milesiana é, aliás, ali referida como sendo a última. Assim, os resultados de algumas investigações da Genética, bem como os da arqueologia, aqui levemente aflo-
rados, são achegas essenciais, não só para tentar deslindar a possível História escondida nesta memória longínqua, como para nos levar a reconhecer que ela se insere num âmbito histórico-cultural que também nos diz respeito. As interligações entre a Península Ibérica e as ilhas Britânicas, nomeadamente a faixa atlântica a que pertencemos, saem, por isso, mais reforçadas e mais alargadas cronologicamente.

Porque é também a genética que nos faz recuar para além dos 10 000 anos já referidos por Sykes e que nos conduz a outro facto importante: o chamado *Refúgio Ibérico Paleolítico*. Relacionadas e de acordo com os resultados de Sykes estão as conclusões de outros investigadores. Por exemplo, em *The Longue Durée of Genetic Ancestry: Multiple Genetic Marker Systems and Celtic Origins on the Atlantic Facade of Europe* (Brian McEvoy e outros, in *The American Journal of Human Genetics*, 2004), os seus autores, para além de afirmarem encontrar o mesmo legado genético até à Escandinávia, dizem, à semelhança de Sykes: «Genetic evidence has recently lent some support to the suggestion of a shared ancestral heritage among the human populations of Atlantic Europe[...] Some classical marker systems also hint at Atlantic affinities: for example, alleles of the ABO and Rhesus blood groups display frequency peaks in Atlantic Europe[...] The “Atlantic modal haplotype”[...] is present at an unusually high frequency in each population[...]» E adiantam que «[...] this has been interpreted as a common Paleolithic genetic legacy that was relatively undisturbed at the edge of the European peninsula by subsequent dispersals from the east, such as those suggested to have taken place during the spread of the Neolithic». Especificando, estes autores sugerem que: «During the last glaciation, human habitation is thought to have been largely restricted to refugial areas in southern Europe[...] The recolonization of western Europe from an Iberian refugium after the retreat of the ice sheets 15,000 years ago could explain the common genetic legacy in the area[...]». Assim, concluem que «[...] the preservation of this signal within the Atlantic arc suggests that this region was relatively undisturbed by subsequent migrations across the continent».

Num outro estudo, intitulado *Climate Changes and Evolving Human Diversity in Europe during the last Glacial* (Clive Gamble e outros, pub. online, 2004, The Royal Society), de novo se coloca a hipótese de ter havido um repovoamento significativo, há cerca de 16 mil anos, a partir do Sudoeste da Europa, acrescentando-se também que a «Ibéria emerges as the principal southern refuge for human populations in this region as shown by the more consistent numbers of radiocarbon determinations through the time. Within Iberia, the majority of the determinations come from Cantabria and Portugal».

Esta ideia de *refúgio ibérico* e do repovoamento da Europa paleolítica de sul para norte é, aliás, um dado amplamente aceite, confirmado tanto a partir do estudo do ADN matrilinear, como do cromossoma Y. Segundo as estimativas avançadas, calcula-se que a população ibérica contaria,

nessa data, com cerca de 5000 indivíduos. E de igual modo se sugere que «all the molecular data are congruent with the idea that the cultural and demic impact from the Near East in the Neolithic was very attenuated on the Atlantic edge of Europe, in particular the Iberian Peninsula. For this reason, it should be at this Atlantic fringe where the Paleolithic contribution to modern European populations is expected to be most conspicuous» (Ana Gonzalez e outros, «Mitochondrial DNA Affinities at the Atlantic Fringe of Europe», in *American Journal of Physical Anthropology*, 2003).

A este propósito, gostaria de evocar uma observação feita em tom coloquial pelo professor Sobrinho Simões, presidente do IPATIMUD (Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto), durante o painel *Ciências da Vida e Biotecnologia*, realizado no Encontro Novas Fronteiras da Ciência e do Conhecimento (Vilamoura, 1 de Abril de 2006), e que me atraiu especialmente: «Quando houve o último glacial e a Europa gelou, aí há uns 15, 17 mil anos, os Europeus morreram todos e foi a partir da Península Ibérica que se repovoou a Europa[...]»

No que respeita ao *estado da arte* em Portugal e tal como Sobrinho Simões também referiu então, nesta área da genética muitos são os especialistas portugueses a trabalhar na linha da frente e com vasta documentação já publicada. E investigadores como A. Amorim, Luísa Pereira, Paulo Santos, A. Martinho, H. Breda-Coimbra, A. Brehm, do Porto, Coimbra ou Funchal, chegam a conclusões convergentes às aqui apresentadas.

Em «High-resolution mtDNA evidence for the late-glacial resettlement of Europe from an Iberian refugium» (L. Pereira e outros, in *Genome Research*, 15.19-24, by Cold Spring Harbor Laboratory Press, 2005), através do estudo correlativo do mtADN (mitocondrial) e do cromossoma Y, considera-se de facto ter havido a expansão populacional a partir do refúgio ibérico, quando os gelos começaram a recuar. Os dados obtidos a partir desse trabalho indicam também «[...] that the major demographic signal in the modern European mtADN pool is the result of the expansion of the hunter-gatherer populations at the end of the Paleolithic, although this has not entirely erased the traces of earlier processes».

Em concordância com os testemunhos genéticos, os estudos arqueológicos vêm igualmente sugerir uma possível permanência das populações no nosso território, ao longo do Paleolítico. E também eles contribuem para negar a descontinuidade da evolução dessas populações para as culturas subsequentes. Actualmente, assistimos a um aumento das investigações a apontar nesse sentido e, como exemplos, cite-se a orla costeira do

Alentejo e do Algarve, onde tem vindo a encontrar-se um cada vez maior número sítios pré-históricos (J. L. Cardoso, «Comunidades Humanas da Estremadura à Costa Vicentina», in *Evolução Geo-Histórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos, Geografia, História, Arqueologia e Climatologia*, Actas do Colóquio, pp. 305-357, Universidade Aberta, Lisboa, 2004; e Nuno Bicho, «As Comunidades Humanas de Caçadores-recolectores do Algarve Ocidental», in *Evolução Geohistórica do Litoral...* pp. 359-396).

E talvez mais se pudesse achar submerso, não só no Algarve, como ao longo de toda a beira atlântica, e nos surpreendesse... Porque – e faço aqui um breve aparte que me parece a propósito –, através da paleoclimatologia, sabe-se agora que o nível do mar, antes do degelo, há cerca de 18 000 anos, estava numa quota mais baixa, chegando a atingir 120 a 140 metros abaixo do nível actual (J. M. Alveirinho Dias, «A História da Evolução do Litoral Português», in *Evolução Geo-Histórica do Litoral...* pp. 157-170). Por outro lado, também os investigadores desta ciência referem que o amenizador climático constituído pelo Atlântico não terá permitido a invasão dos gelos glaciários na faixa ocidental da Península Ibérica. A confirmá-lo estão também os estudos paleozoológicos que referem a ausência de vestígios de espécies próprias de regiões glaciares, como o urso polar, a rena ou o mamute. Porém, lebres, cavalos, coelhos, veados ou auroques abundariam, constituindo assim, tal como o coberto vegetal, um conjunto de condições necessárias e suficientes para a sobrevivência da vida humana. Embora, como adianta Alveirinho Dias, os icebergues flutuassem ao largo da nossa costa até ao Norte de África, a verdade é que em vários locais, havia «vastas planícies litorais, actualmente submersas[...] com vegetação dominante de tipo herbáceo[...]» (*op. cit.* p. 162). Foi, portanto, essa linha da costa a ter sofrido, ao longo de milénios, muitas oscilações, pois, há cerca de 10 000 anos, no início do Holocénico, «terá havido uma elevação muito rápida das águas[...] com intenso preenchimento dos vales estuarinos» (*id., ibidem*), até atingir, mais ou menos, os níveis actuais.

Assim, partindo de dados como estes da paleoclimatologia, da paleozoologia ou da paleobotânica, a arqueologia põe a hipótese de que, com o subsequente declínio dos territórios de caça, se criaram as «condições favoráveis à adopção de estratégias de subsistência de largo espectro (nas quais, os recursos marino-estuarinos detiveram um lugar proeminente) pelas sociedades de caçadores-recolectores holocénicas. A crescente importância dos recursos aquáticos disponibilizados por ricos ambientes estuarinos, que atingem, ao longo do Holocénico Antigo e

inícios do Holocénico Médio, grande desenvolvimento, proporcionou verdadeiras economias de pesca-recollecção que irão, no Mesolítico, suportar elevados índices de territorialidade, sedentarização sazonal e sociabilidade[...]» (Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, *Alterações Ambientais e Povoamento na transição Mesolítico-Neolítico da Costa Sudoeste*, in *op. cit.* pp. 397-423).

São hipóteses como estas que nos levam a admitir a mesma linha de continuidade, do Paleolítico ao Mesolítico e, deste, ao Neolítico, sugerida também pela genética. E articulando o que ficou dito com a *Lenda da Fundação*, episódios como os de Gatelo, bem como as míticas invasões relatadas no *Lebor Gabala Erren* (*Livro das Invasões Irlandesas*), podem ser o tal grão da verdade histórica de que fala Sykes. Podem reflectir assim:

- a constância das idas e vindas, ao longo do Atlântico, de grupos humanos, desde a mais remota Antiguidade;
- a faixa atlântica da Península Ibérica como sendo o *habitat* nuclear desses grupos que, por circunstâncias devidas às alterações geoclimáticas, entre outras, acabariam por se separar diversas vezes ao longo do tempo.

Será talvez por isso que, ao lermos o *Lebor Gabala Erren*, ficamos com a sensação de que muitas daquelas sucessivas levas de gentes, que o mito remete para tempos da História antes da História, têm, como ponto de partida – ou, pelo menos, como ponto de confluência importante –, a Península Ibérica, nomeadamente a faixa ocidental. Já no texto da *Lenda da Fundação* se citaram os *Tuatha té Danan* («filhos da deusa Ana»), mas há outras invasões com conotações curiosas que nos sugerem um passado distante comum, como a de *Partolion*, a dos *Nemed*, ou a dos *Firbold*. Pela minha parte, fiquei com esse sentimento e isso deu-me uma visão diferente da que tinha sobre a nossa história. Os estudos genéticos, em particular, e que eu desconhecia quando redigi a *Lenda da Fundação*, vieram afinal torná-la mais consistente, se bem que, em História, como nas outras ciências, nada se possa considerar definitivo: novas descobertas podem vir a alterar os nossos conceitos, mesmo os mais enraizados. Vamos ver a seguir precisamente como, em conjugação com os estudos actuais de algumas das disciplinas acima citadas, outros cientistas, em especial linguistas, formularam novas hipóteses acerca da evolução da História, cujas implicações são grandes e profundas.

II Parte

O PARADIGMA DA CONTINUIDADE PALEOLÍTICA

Sans théorie préalable, sans théorie préconçue, pas de travail scientifique possible.

Lucien Febvre

1º - A problemática dos Celtas

Também ao longo do trabalho da *Lenda da Fundação*, ao tentar ressaltar neste lendário de Gatelo a interpenetração de tradições portuguesas, até agora esquecidas ou desconhecidas, com tradições britânicas, irlandesas e escocesas em particular, interroguei-me inevitavelmente sobre a profundidade da nossa ligação ancestral a esses povos. E tentei também especular sobre em que é que tal contribuiria para podermos avaliar a nossa identidade, genuinamente antiga, muito para além dos oitocentos anos de História, como é costume propalar. Uma identidade antiga e, sobretudo talvez por isso mesmo, um pouco diferente da que nos é dada nos bancos de escola. E da que nos é oferecida, de forma geral, no ambiente cultural em que vivemos. Assim, a partir dos vários estudos efectuados, os quais tentei explicitar sucintamente até aqui, cheguei a outros conhecimentos que passarei a expor de seguida.

Estas tradições, todo este *corpus* mitológico, pertencem à tradição considerada celta. E Celtas também os Irlandeses e os Escoceses se consideram e como tal são vistos pelos estudiosos desse fenómeno.

Mas quem foram, exactamente, os Celtas? Ninguém parece saber ao certo. Apenas se sabe que, no primeiro milénio antes de Cristo, os Gregos denominaram assim – Keltoi ou Kalatoi – um grupo de gente que atingiu então as costas da Grécia. O seu nome tem data. Mas essa data não nos diz de onde vinha nem quem era.

No séc. V a. C., o grego Heródoto, considerado como o primeiro historiador, refere-se a eles dizendo-os estabelecidos no centro da Europa, aonde teriam chegado, em tempos muito anteriores, vindos do mais longínquo Ocidente, da mais longínqua região europeia. Outros autores da Antiguidade dão igualmente testemunho da existência de celtas nas terras limítrofes da Europa, como Estrabão, Plínio, Artemidoro ou Sílio Itálico, para só citar alguns.

Mas talvez tenham sido referências como a de Heródoto quanto ao seu estabelecimento no centro da Europa, mais as ideologias vindas do

séc. XIX que induziram à confusão, às incoerências e contradições que têm dominado este tema sobre os chamados «Celtas». Talvez por isso se tenha criado a ideia da sua origem ser centro-europeia, ou euro-asiática, e se fale deles como invasores e colonizadores da Europa; tal como se mencionam tradicionalmente umas invasões de «indo-europeus» portadores de uma língua e de uma tecnologia avançada – os grandes e verdadeiros civilizadores –, datadas, também tradicionalmente, do início do trabalho dos metais (cerca do 4º milénio a. C.). Uma invasão composta por povos claramente mais evoluídos – de que os Celtas fariam parte – fundamentada na classe de cavaleiros-guerreiros, os «civilizadores», por excelência, da então «barbárie» europeia.

Povos de que se fica com a ideia, no fim de contas, de nunca terem sido paleolíticos – sinónimo de *selvagens*, para o séc. XIX e grande parte do séc. XX. Aparentemente e como tudo leva a concluir, eles até seriam de uma raça superior, com largas probabilidades de serem brancos, louros, de olhos azuis, nascidos prontos e acabados, de geração espontânea...

Foi esta ideia a vingar e ela é ainda hoje defendida por muitos. Ou está demasiado interiorizada. Partindo de uma visão eurocêntrica e colonialista, ela foi desembocar, afinal, em doutrinas como a nazi-fascista do séc. XX. E outras, que continuam vigentes, bem visíveis e bem actantes.

Arqueologicamente, e regressando em particular aos Celtas, estes têm sido identificados, regra geral, pelo apogeu da sua cultura, ou melhor, por uma série de apogeus de culturas, como diz Nicholas Ostler (*Empires of the Word, a Language History of the World*, p. 281, Harper Perennial, N. York, 2006). Tipificadas a partir da cultura de Hallstatt, na Áustria (datada entre os sécs. XIII e VI a. C.), esta foi seguida pela de La Tène, no lago Neufchatel, na Suíça (do VI ao I século a. C.). Igualmente se diz na maioria dos livros de História que os Celtas seriam um conjunto de povos sem organização política comum, mas que partilhavam crenças e possuíam uma cultura e costumes semelhantes entre si. Tidos também, na historiografia, como introdutores do ferro na Europa, são, no entanto, essas mesmas características culturais a torná-los distintos, aos nossos olhos. Muitas incógnitas se têm assim mantido em relação a esses povos, porque, com a Romanização, quase foram banidos da História. Uma aparente contradição, pois se faziam parte do mesmo conjunto de «povos invasores indo-europeus», não tinham por que ser assim tão diferentes, a ponto de interessar a tentativa da extinção da sua cultura. Uma tentativa, afinal, não conseguida, pois ainda hoje resta viva a sua tradição em países como a Irlanda, o País de Gales e a Escócia, países que Roma não logrou «romanizar» totalmente.

Por isso, também será a partir desses países e do estudo comparativo com o que há de vestigial no continente que se poderá ainda tentar reconstituir algo do seu passado.

A língua, ou os seus dialectos originais, os deuses, bem como os seus mitos e lendas, as tradições orais, os motivos iconográficos, como espirais, círculos ou cruces, os seus carros de rodas, certo tipo de jóias – como os torques e as virias –, ou os vasos de cerâmica ou de metal – como os caldeirões – são, afinal, a grande parte dos seus vestígios e os elementos tidos por célticos pelos historiadores. E é no âmbito dessa descrição cultural que ressaltam mais contradições e que as explicações dos autores «tradicionais» não satisfazem. E com o estudo efectuado para a *Lenda da Fundação*, essas contradições, quanto a mim, acentuaram-se.

Tanto em Portugal, na Galiza como na Irlanda, a maioria desses elementos são bem anteriores às datações apresentadas. Deram-se exemplos disso no texto da *Lenda*. Assim como, a propósito da *Pedra Fadada*, se falou no megalitismo (do VI milénio a. C., no Alentejo, mas que no Algarve, e de acordo com o arqueólogo Manuel Calado, parece já recuar ao VII milénio. M. Calado, ressaltando que as técnicas de datação utilizadas têm ainda pouca afinação, crê, no entanto, já se poder conjecturar sobre a antiguidade relativa do megalitismo algarvio) onde se inscrevem tantos dos sinais específicos considerados célticos.

Como explicá-los, então, à luz da teoria clássica? Se, segundo esta, os Celtas só chegaram à Irlanda no séc. VI a. C. (e a Portugal e à Galiza no séc. VII a. C.), vindos da Europa central, como explicar igualmente o que diz a genética? E volto a citar Sykes:

«I can find no evidence at all of a large scale arrival from the heartland of the Celts of central Europe among the paternal genetic ancestry of the Isles, just as there is none on the maternal side» (*op. cit.*, pp. 283 e seg.). Ou o que dizem os autores no artigo já citado, *The Longue Durée of Genetic Ancestry...*:

«It has been common to couple archaeological evidence for the expansion of Iron Age elites in central Europe with the dispersal of these languages and of Celtic ethnicity and to posit a central European “homeland” for the Celtic peoples. More recently, however, archaeologists have questioned this “migrationist” view of Celtic ethnogenesis[...] Cunliffe [*Facing the ocean: the Atlantic and its people*. Oxford University Press, Oxford, United Kingdom, 2001] appears to go further, describing the coalescence of the Celtic languages along the coastline of the Atlantic facade of Europe, from southern Iberia to the Shetland Islands, via

maritime networks that reach back into the late Mesolithic period. The similarities in prehistoric monumental architecture and the spread of the early-Bronze Age “Beaker package”, to take two examples, attest to the likely sharing of beliefs and attitudes through social networks that extended from one end of the Atlantic zone to the other».

Os mesmos cientistas, a partir dos resultados das suas investigações, confirmam esta nova atitude de alguns arqueólogos: «What seems clear is that neither the mtDNA pattern nor that of the Y-chromosome markers supports a substantially central European Iron Age origin for most Celtic speakers – or former Celtic speakers – of the Atlantic facade [...] Although some level of Iron Age immigration into Britain and Ireland could probably never be ruled out by the use of modern genetic data, these results point toward a distinctive Atlantic genetic heritage with roots in the processes at the end of the last Ice Age».

Pode acrescentar-se o testemunho dos autores também citados mais atrás, (Zschocke e outros, *op. cit.*), a propósito das mutações genéticas: «No mutation was identified that could represent European Celtic populations, supporting the view that the adoption of Celtic culture and language in Ireland did not involve major immigration from the continent»

Considerações como estas, para além de virem ao encontro do que ficou dito no capítulo anterior, vieram igualmente contribuir para tentar encontrar outras respostas que não as «tradicionais». Também já depois de publicada a *Lenda da Fundação*, tomei conhecimento da Teoria da Continuidade Paleolítica (TCP), de Mário Alinei (todos os textos da TCP estão em www.continuitas.com), e da investigação que está a ser levada a cabo por um grupo de trabalho alargado a linguistas, arqueólogos, antropólogos, pré-historiadores, e se apoia na interdisciplinaridade e no concurso essencial das mais actuais investigações da genética. E todo este complicado *puzzle* passou a fazer mais sentido.

Para além da genética e da arqueologia negarem essa teoria da génese dos Celtas (assim como as da origem dos Indo-Europeus), também a contraria todo um vasto leque de estudiosos de variadas áreas científicas, nas quais se incluem investigadores das tradições literárias ou orais, míticas ou lendárias. Talvez mais consentânea com a realidade histórica, a sua teoria ajuda a desfazer contradições, a preencher lacunas deixadas em aberto pelos historiadores tradicionais e contribui para explicar muitas incógnitas e mistérios.

2º – A Teoria da Continuidade Paleolítica

Segundo o professor M. Alinei (*The Paleolithic Continuity Theory on Indo-European Origins: an Introduction*; este texto será o primeiro a publicar, em breve, pela Apenas, numa nova colecção), as linhas fundamentais desta teoria são, essencialmente, duas:

1) A chegada dos povos indo-europeus à Europa e à Ásia deve ser vista como uma dos maiores episódios da chegada do *Homo sapiens* à Europa e à Ásia, vindo de África, no Paleolítico Superior, há cerca de 50 000 anos, e não como um episódio da Pré-História recente.

2) O processo de diferenciação das línguas, a partir da linguagem comum proto-indo-europeia (nome dado aos primórdios do indo-europeu), foi realizado durante um muito longo período. Ele tem de ser associado, em primeiro lugar, aos variados episódios da vinda de migrantes de África (via Ásia, segundo a maioria dos dados genéticos e linguísticos) e, depois, às diferenciações que se foram produzindo cultural, social e politicamente nos diversos agrupamentos, estabelecidos nas múltiplas regiões. Estas diferenciações terão sido mais aceleradas à medida da estratificação das sociedades, do começo das guerras coloniais, do grande aumento demográfico e da maior sedentarização em determinados territórios.

Quanto ao ponto 1, diz Alinei:

Não há quaisquer provas, arqueológicas, genéticas ou outras, das tão famosas invasões indo-europeias guerreiras do período Calcolítico (IV milénio a. C.), nem da invasão pacífica, vinda do Próximo Oriente, de grandes massas de pastores-agricultores, do período neolítico, cerca de 7000 a. C. – teoria lançada entretanto pelo arqueólogo C. Renfrew.

Os estudos dos últimos trinta anos parecem indicar estarem ultrapassadas essas teorias e, pelo contrário, convergem para a hipótese mais provável de uma continuidade ininterrupta das culturas das Idades do Cobre e do Bronze a partir do Neolítico Antigo, sendo este, por sua vez também, uma continuação do Mesolítico e do Paleolítico Superior. Cavali-Sforza, por exemplo, fundador e líder da escola que fez descobertas fundamentais acerca das relações entre a genética, a linguística e a evolução humana, tentou ajustar os seus estudos ao preconceito histórico das invasões guerreiras indo-europeias e, mais tarde, à teoria de Renfrew. «Nevertheless, he has recently had to surrender to the latest outcome of genetic research, i. e., that 80% of the genetic stock of Europeans goes back to Paleolitic» (Alinei, *op. cit.*). A evo-

lução teria sido, assim, natural no seio das populações autóctones, tanto social e cultural, como política e economicamente, sem a intrusão, ou a intrusão tardia e não significativa sob o ponto de vista da linguística e da genética de outros grupos; sem, em suma, a substituição de umas populações por outras.

Assim, segundo Alinei e os investigadores que aderiram a esta nova teoria, os Celtas inscrevem-se dentro dessa primeira chegada ao Ocidente do *Homo sapiens* – no Paleolítico Superior (talvez entre 35 000 e 30 000 a. C.). Deste modo, estão incluídos linguística e culturalmente dentro de grandes bandos de nómadas caçadores-recolectores, cujos dialectos característicos e ainda não muito diferenciados – porque habituados a inter-relacionarem-se nas suas deslocações, como diz Xaverio Ballester (do grupo da TCP) – se expandiram, então, do Indo à Europa, de Sul para Norte: os chamados indo-europeus serão, portanto, os europeus mais antigos, de entre os quais se contam os Celtas, primitivos habitantes desta região de que fazemos parte.

Para Alinei, «the “mysterious arrival” of the Celts in Western Europe, obligatory [efectuada no decurso do 1º milénio a. C.] in the traditional theory is replaced by the scenario of an early differentiation of Celts, as the westernmost Indo-European group in Europe.» Afinal, nesse I milénio, «there is absolutely no trace of the “arrival” of the Celts in Western Europe, which simply means that they were always there...» (*op. cit.*) E Alinei diz ainda: «o centro de gravidade da cultura céltica é reconhecido nas ilhas Britânicas e no Ocidente atlântico, onde os Celtas já se encontravam no Mesolítico e no Paleolítico Superior» («*Origini della lingue d'Europa, vol II. Cont. del Mesol. all'età del Ferro nelle principali aree etnolinguist.*»). «Western Europe must of course have always been Celtic and the recent prehistory of Western Europe – from Megalithic culture through the Beaker Bell [a cultura do vaso campaniforme, de que é representativa a região de Palmela, por exemplo], to the colonialistic La Tène – must have all been Celtic. Consequently, the duration of the colonial expansion of the Celts was much longer than thought and its direction was from West to East and not vice-versa». (*The Paleolithic Continuity Theory...*).

Será caso para, num breve parêntesis, nos interrogarmos acerca da coincidência de nomes de povos, ou de tribos, citados por antigos autores? Recordo o nome de, por exemplo, *Belgais* (da zona interior da Beira, Castelo Branco) e *Belgae* (da Bélgica), *Helvécios* (da zona alentejana de Elvas) e *Helvéticos* (Suíça). E, sobretudo porque têm directamente a ver com a nossa *Lenda da Fundação*, os *Brigantinos* ou *Bragantinos*: na Galiza e

Trás-os-Montes, na zona sul das Ilhas Britânicas, na Áustria (região da actual Bregenz e antiga Brigantia), nome decerto relacionado com a deusa céltica, Brigância, mais conhecida na Gália, ou com a deusa Brígida ou Brigit. Fizeram-se referências na *Lenda* a estes elementos, mas talvez agora façam mais sentido, pois todos eles se encontram dentro dos limites considerados de cultura céltica. No entanto, esta nota é apenas uma curiosidade, pois como X. Ballester me observou, embora a dispersão destes nomes possa apontar para a antiguidade ocidental de alguns destes grupos, sob o ponto de vista linguístico esta homonímia nada prova, pois poderá ser atribuída a uma mais recente expansão dos galos no I milénio. Talvez só a arqueologia possa esclarecer esta ideia.

De qualquer modo, o florescimento das civilizações do centro europeu faz mais sentido quando visto à luz da evolução que a TCP propõe; e segundo Alinei e Francesco Benozzo, não faz sentido também pensar que o trabalho do cobre, do estanho, do bronze, da prata, ou do ouro só chegou à Península com os chamados «invasores» – dos quais a genética não encontra vestígios (M. Alinei e F. Benozzo, *Alcuni aspetti della TCP applicata all'area gallega*, Conf. em Pontevedra, no Congresso Intern. de Onomástica Galega, 19-21 de Outubro, 2006). Esta afirmação está em sintonia com X. Ballester que diz ser «a Península Ibérica o único território celtóide onde encontramos o ouro, a prata, o estanho, o cobre e o bronze» (*Alinei II: la sintesi emergente*).

Não será também absurdo pensar que a utilização e a domesticação do cavalo, factos tão importantes na evolução histórica, devam ser consideradas como introduzidas na Península Ibérica por esses mesmos «invasores»? «Fossil records, archaeological proofs, and historical documents report that horses persisted continuously in the Iberian Peninsula since the Pleistocene (1.8 million years ago) even during the Mesolithic, when the horse became extinct north of the Pyrenees» (Cristina Luís e outros, *Iberian Origins of New World Horse Breeds*, in *Journal of Heredity Advance Access originally*, 2006). Sendo assim um animal tão abundante na Hispânia e tão característico – o cavalo-ibérico, o cavalo-do-sorraia, ou o cavalo-lusitano –, não estaria a sua utilização dentro da evolução natural do processo de desenvolvimento das economias das populações autóctones? Tanto mais que os cavalos peninsulares eram de maior envergadura que os euro-asiáticos e portanto mais apropriados para serem atrelados a carros, elemento marcante entre as invenções atribuídas aos Celtas. Provavelmente, os cavaleiros-guerreiros europeus tiveram aqui uma das suas origens, dado coerente com o que sabemos hoje acerca da estratificação e

da hierarquização social, política e económica, desenvolvida durante a Idade dos Metais, com acento a partir da época do Bronze, como é exemplo o nosso território e cujos ambientes a *Lenda da Fundação* transmite.

Quanto ao ponto 2 da TCP, o processo de diferenciação das línguas, vamos tentar analisar outros dados importantes em termos linguísticos – superficialmente aflorados na *Lenda da Fundação* –, seguindo a pista da cultura céltica. Eles podem igualmente ajudar a estabelecer esse fio que liga Portugal, bem como a Galiza, aos Celtas e, concomitantemente, à Irlanda e à Escócia, referido na *Lenda*.

A TCP «afirma, no essencial, que é possível reconstruir o desenvolvimento linguístico europeu do Paleolítico Superior à Idade dos Metais[...] e reconhecer uma continuidade autóctone na língua europeia, individualizada a partir do último período do desenvolvimento do *Homo sapiens sapiens* na Europa» (M. Alinei, *Origini della lingue d'Europa*, vol II. *Continuità del Mesolitico all'età del Ferro...*)

Ora de acordo com os actuais estudos das ciências cognitivas, que vêm ao encontro da teoria da linguagem de N. Chomsky, parece confirmar-se que a capacidade fonológica é inata. Assim, «o que a partir de agora é dado como certo é o *Homo* ter nascido *loquens*, a linguagem ser tão antiga como a Humanidade e as nossas línguas e dialectos serem muito mais antigos do que alguma vez acreditámos» (M. Alinei, «Le Conseguenze per la Linguistica Corsa delle nuove Teorie sulle Origini Indoeuropee», in *Actes du Congrès Environnement et identité en Méditerranée*). Deste modo, estas premissas têm como principal consequência a lei da conservação da língua e não o contrário.

Parece chegarmos então a uma outra contradição que as afirmações tradicionais não resolvem. Nicholas Ostler, linguista já citado acima e que não integra o grupo dos especialistas da TCP, expressa a sua dupla estranheza quanto à forma e rapidez como nos é apresentada a «latinização» de línguas como, por exemplo, o francês, o occitano, o castelhano, o catalão e o português, porque são: «precisely the areas of western Europe that spoke Celtic in the ancient world[...]»; e porque verifica haver uma grande diferença de culturas «[...]when we contrast the nature of Roman society with what the Gauls and the Celtiberian had previously known» (*op. cit.*, p. 300). E adianta estar bem demonstrada a celticidade toponímica do Norte da Grã-Bretanha até ao Extremo Sul da Ibéria (idem, *ibidem.*, p. 282), referindo as evidências da grande variedade de povos falantes do céltico, abarcando todo o Ocidente da Europa até às ilhas. Falantes do céltico, isto é, uma língua com origens milenares,

da época glacial, como defende Alinei, e designada por protocéltica – termo utilizado para distinguir o primitivo céltico daquele que hoje conhecemos em países como os das ilhas Britânicas.

Aliás, o próprio Ostler acrescenta que a profusão de trocas e as intensas relações entre os diferentes sectores atlânticos, incluindo a Irlanda, Gales, Cornualha, Inglaterra, Galiza e Portugal, fizeram com que o arqueólogo B. Cunliffe sugerisse a existência de um «céltico atlântico» como língua franca durante a Idade do Bronze (id. *ib.*, p. 290), época da nossa lenda.

(E é tentador fazer aqui um pequeno aparte, como simples curiosidade, acerca da existência, milénios depois, de uma outra língua franca que nos toca directamente. Como o afirma também Ostler (id. *ib.*, p. 389), citando exemplos da época da Expansão, o português terá sido essa língua utilizada como veículo de entendimento entre gentes e terras muito diversas. E cita a visita do primeiro inglês ao Japão, em que a comunicação só foi possível por meio de um intérprete português, chamado expressamente para tal.)

Mas a verdade é que, com base na sugestão de céltico atlântico e na evidência desses contactos, Ostler (*op. cit.*) encontra aí a explicação do enraizamento e da expansão da cultura céltica neste arco atlântico, visível na persistência, em tempos medievais, de temas como as viagens mágicas, expressas nos contos irlandeses, os *Immrama*, e nas versões portuguesa e espanhola das Viagens de São Brandão. E, pode acrescentar-se, da Demanda do Santo Graal e temas afins, como referi no trabalho da *Lenda da Fundação*.

A este propósito, também Francesco Benozzo (*Origine delle Letterature d'Europa; Sciamani Europei e Trovatori Occirani*) e Gabriele Costa (*Linguistica e Preistoria, I: Evoluzione della Lingue e delle Culture*, in «Quaderni di Semantica» 25, 2004; *Ling. e Prehist., II, Linguaggio e Creazione del Sacro*, in «Quad. Di Semântica», 25, 2004; *Sciamanismo Indoeuropeo*), do grupo da TCP, analisam a literatura e a cultura medieval à luz dessas raízes e referem, entre outros, os exemplos da poesia trovadoresca e do romance. Não lhes é compreensível um tal fenómeno cultural, com o seu sistema de símbolos e referências rituais, sem os profundos antecedentes das tradições orais e populares das regiões onde ele surge; tanto mais que verificam que esse fenómeno se manifesta exactamente dentro dos limites das regiões consideradas de cultura céltica paleolítica.

Ao tentarmos transpor, ainda que ao de leve, as suas análises para a literatura medieval galaico-portuguesa, não será caso para nos interro-

garmos se, nas cantigas de amor e de amigo, nas baladas de trovadores, segréis e jograis, não ressoarão os ecos dos tão famosos bardos celtas?

De qualquer modo, é pelo menos inverosímil que, no prazo de um par de séculos, com as guerras coloniais de Roma, se tenham feito as mudanças das línguas autóctones para uma língua que nos é dada como estrangeira. Não seria, pelo menos, um fenómeno contranatural? Não foram os Romanos os invasores contra quem Lusitanos e Galaicos resistiram cerca de um século?

Parece ignorar-se, por outro lado, a diferença entre o povo comum, para quem a oralidade é a regra, e a elite, a classe dominante, utilizadora da escrita e da expressão literária. Terá sido esta classe a reforçar-se com a permanência de uns quantos romanos, ao nível de chefias militares e pouco mais. A língua de um povo não se muda, instantaneamente, por decreto. Como X. Ballester diz: «El principio evolutivo más natural para las lenguas, no es divergencia, sino la convergencia, la comunicación, el hibridismo» (*A viva voz*, entrev. com X. Bal., «Sobre la lengua y el hombre», *Rev. Saguntina* – nº 4, 2008). E precisa-me: «además no hubo en realidad substitución lingüística en la mayor parte de la Romania, sino mezcla, hibridismo con las lenguas autóctonas; estas no desaparecieron, sino que fueron absorbidas, en mayor o menor medida, por el latín».

Já em Nicholas Ostler tínhamos tentado encontrar resposta para esta aparente e intrigante «latinização», visto este autor referir que não só o latim pediu emprestadas (ou melhor, «copiou», termo linguístico que X. Ballester considera mais adequado) muitas das suas palavras ao céltico, como as línguas célticas eram notoriamente semelhantes ao latim. (*ib.*, p. 284). Mas é sobretudo com os investigadores linguistas da TCP que a contradição referida deixa de existir: «A principal consequência da nova teoria reside, em maior ou menor grau, na perspectiva de atribuir uma *identidade linguística* “histórica” (céltica, germânica, itálica, eslava, grega, etc.) à cultura pré-histórica, antes de mais, e necessariamente “anónima”, e em dar início à diferenciação linguística, dialectal e sociolinguística, milénios antes do que se estabelecia anteriormente» (Alinei, *La théorie de la continuité appliquée à l'aire des Alpes Occidentales: dialectes, cultures et archéologie*).

Assim, a origem do latim pode recuar milénios, não se cingindo à civilização romana. O latim virá, afinal, da Pré-História, quando ainda não havia Roma, e a sua diferenciação ter-se-á iniciado, talvez, no VII milénio a. C. (Alinei, *Vers un nouvel Horizon Chronologique pour l'Origine et la Formation des Langues et des Dialectes Européens*).

A questão das suas origens passa assim a ser posta em termos dialectais, derivando o latim de um conjunto de dialectos «irmãos» (poderemos encontrar aqui alguma correspondência com Ostler, quando refere a semelhança entre o céltico e o latim?), que constituiriam uma mesma língua.

Traça-se então um novo quadro para o conjunto linguístico europeu, conjunto que coincide com as diferenciações culturais já muito evidentes desde o final do Paleolítico, mas acentuadas ainda mais durante o Mesolítico. Desse conjunto, Alinei destaca a língua que chama «ital(o)ide, ou melhor, ibero-occitano-italico-dalmatico, e que compreende o latim e as outras línguas itálicas» (*La tc appliquée à l'aire des Alpes Oc*) e fá-la coincidir com a cultura da cerâmica impressa/cardeal do Neolítico (VI milénio a. C.) – onde nos inserimos. Deste modo, integra o celta, pertencente aos caçadores e pescadores do Mesolítico (cerca de 10 000 a. C.), os ocupantes da costa atlântica e das ilhas Britânicas desde o Paleolítico. Considera serem estes os primeiros grandes colonizadores europeus, com o megalitismo e, depois, durante a cultura metalúrgica, com o vaso campaniforme (cerca do III mil. a. C.), anteriores, como vimos, aos colonizadores de Hallstatt ou de La Tène.

Fazendo uma estreita relação entre, nomeadamente, a cultura lítica do Paleolítico Superior e a língua, Alinei (*Geolinguistic and other lines of evidence for the correlation between lithic and linguistic development*) enumera alguns exemplos do dialecto celta – ainda hoje visível nas línguas remanescentes irlandesa ou gaélica – para o comparar com o latim, à semelhança do que faz Ostler. Por outro lado, recolhe uma lista exemplificativa de termos referentes a actos práticos da vida e das culturas que conhecemos hoje como próprias do Paleolítico, Mesolítico ou Neolítico, para os integrar no contexto histórico e social, típico de cada um desses ambientes, e concluir da sua proveniência e persistência. A partir do Neolítico, por exemplo, relaciona o processo de criação e desenvolvimento semântico com os termos técnicos ligados às quatro principais inovações tecnológicas, como sejam a agricultura, a criação de gado, a cerâmica e a tecelagem. E ao citar exemplos, entre eles, *putare* («cortar árvores»), demonstra, como também já tinham feito outros autores, a sua passagem para conceitos abstractos («pensar», «estimar» ou «supor»), que irão dar, em última análise à nossa palavra actual, «computador».

Deste modo, nessa correspondência entre o celta e o latim, a que se veio juntar o latim difundido pelos Romanos, modificado, graças sobretudo aos estilos literários e aos gramáticos, provenientes da elite intelectual – como é o caso português e dos seus gramáticos no séc. XVI –, resi-

de, ao que parece, a explicação para o surgimento, não tão inesperado assim, das línguas ditas «românicas». Utilizando um termo linguístico, refira-se que Alinei considera o romano como um superstrato, fácil de assimilar, ao tempo da romanização, enquanto Ballester prefere falar de continuidade. Para este linguista, para além de não se dever falar do «latin con su correspondiente árbol genealógico de lenguas hijas» pois «las lenguas no son genealogia» (entrev. «Sobre la lengua y el hombre», rev. *Saguntina*), no que toca à Península Ibérica não há evidências de italoíde, como classifica Alinei, mas sim de celtóide. E considera que «nem o latim nasceu e morreu com Roma, nem o celtóide nasceu e morreu com a cultura céltica megalítica[...]» (X. Ballester, *Alinei II: La Sintesi Emergente*). As línguas não nascem, nem morrem, como precisa Ballester.

Poderemos então afirmar que, na Península, o latim romanizado terá, afinal, vindo ao reencontro das suas próprias origens? Já no séc. XIX, o cardeal Saraiva dizia que «nem a língua portuguesa é filha da latina, nem esta foi em tempo algum a língua vulgar dos Lusitanos». (*Obras Completas do Cardeal Saraiva* (D. Francisco de São Luiz), Patriarcha de Lisboa, tomo IX, pp. 163 a 208, Imprensa Nacional, 1880).

3º - Antiguidade das línguas celtóides indo-europeias da Península Ibérica

No caso específico das línguas da Península Ibérica, Xaverio Ballester (*Sobre el Origen de las Lenguas Indoeuropeas Prerromanas de la Península Ibérica*) considera haver dados suficientes «que apuntan a una mayor y más antigua indoeuropeización».

Quanto ao lusitano, que nos toca mais directamente e que compreenderia também as regiões peninsulares que se estendiam para norte (o chamado galaico-lusitano) e para oriente, refere-o como uma língua celtóide; na época histórica, o lusitano manteve a continuidade dos dialectos de milénios anteriores, formados única e essencialmente na Península Ibérica, ao contrário do que acontece com as línguas célticas extrapeninsulares. Estas seriam também a continuidade dos dialectos desses milénios anteriores, mas formadas, por um lado, na própria Península ou em França e, por outro, nos respectivos territórios de onde historicamente emergiram. Segundo este autor, partindo-se dos dados linguísticos disponíveis, antroponímicos e toponímicos, o lusitano apresenta «claras similitudes com las lenguas célticas y frecuentemente com el celtibérico [situado na zona do Ebro e talvez em regiões mais a sul, na Estremadura e na Andaluzia]» (*op. cit.*). Tem, no entanto, características

mais arcaicas, como o caso do /p/ inicial ou intervocálico, que se mantém, enquanto as outras línguas, mesmo a celtibérica, deixam de o ter.

Quanto ao denominado tartéssico (próprio da cultura cujo apogeu decorreu durante o I milénio a. C. entre o Guadalquivir e o Guadiana), ou também chamado lusitano do Sul (em Portugal encontraram-se os principais vestígios dessa escrita), Ballester diz haver igualmente a presença de *Celtici* e de elementos célticos, bem documentados na época romana, embora adiante não ser ainda demonstrável que esta língua seja celtóide ou indo-europeia. No entanto, considera ser essa a hipótese mais provável, dadas as afinidades, tanto com o lusitano, como com o celtibérico (*idem ibidem*)

Assim, «en el momento en que comienza la romanización, ese conjunto indo-europeu [lusitano e galaico-lusitano, celtibérico e, talvez, o tartéssico ou lusitano do sul] ocupa aproximadamente un poco más de la mitad de la zona occidental de la Península, podría decirse case toda la zona no mediterránea» (*Idem, ibidem*).

Mas para afirmar «una mayor y más antigua indoeuropeización» das línguas peninsulares, Ballester recorre sobretudo à hidronímia – os nomes dos rios – considerando-a como particularmente relevante para essa comprovação: «cumple señalar la especial, o cuando menos, singular importancia que para los pueblos que viven de la caza y la recolección, han tenido siempre ríos y acuíferos[...] Todas las rutas y destinos habían de seguirse por lugares con agua[...]» (*Hidronimia Paleoeuropea: una Aproximación Paleolítica*, in *continuitas*). Avaliando os nomes dos rios da Europa, da Escócia à Escandinávia, relaciona-os com o povoamento no pós-glaciar empreendido pelos homens e mulheres da Europa temperada e conclui que «és así perfectamente lógico suponer que fueron estos quienes pusieron nombres a los ríos, elemento de la naturaleza básico para ellos, y para a su subsistencia y para sus desplazamientos» (*op. cit.*).

Paralelamente, Ballester realça a característica indo-europeia, sobretudo a mais frequente, como os nomes que apresentam as raízes como **au-* e **ana-* (relembremos, por exemplo, o rio Ave, ou o rio Ana). Inclusivamente, relaciona-as com termos de parentesco, pois são as mesmas raízes que formam as palavras *avô*, *avó*, ou antepassado, interligando-as a dados vitais da natureza, alvos de culto, como o das águas, das pedras, das árvores, ou das encruzilhadas, com um carácter «que podríamos adjetivar sacro» (*id., ibidem*).

Será interessante realçar ser esta igualmente a raiz da palavra *auis*, com o significado de pássaro. Conhecer a linguagem dos pássaros é tam-

bém adjectivado como sagrado e é símbolo de sabedoria. Na sua origem não estará, afinal, a importância de conhecer a língua dos antepassados, a língua que nos identifica e faz a ponte entre cada um de nós e o outro?

De qualquer modo, todos estes elementos fazem efectivamente parte de cultos tidos também como célticos, isto é, de povos que veneravam os mortos e os antepassados. Existiram aqui e deles nos chegaram ecos até bem tarde – como lembra Ballester –, pois assim o provam as pregações de São Martinho de Braga, no séc. VI da nossa era, e as sucessivas directivas conciliares medievais.

As características arcaicas do lusitano, como a existência da consoante intervocálica /p/, fazem, assim, Ballester a afirmá-lo como *celtóide* e a concluir serem provas do seu conservadorismo, em relação também ao celtibérico.

Por outro lado, as especificidades célticas do lusitano ou do galaico-lusitano são também sublinhadas por Francesco Bennozo e M. Alinei (*Alcuni aspetti della teoria della Continuità Paleolitica applicata all'area gallega*). Segundo afirmam, essas especificidades estão «reflectidas significativamente, num plano de continuidade, nas falas galego-portuguesas», na sonorização das consoantes surdas intervocálicas («notoriamente celta», idem, *ibidem*). E acrescentam que, em termos de morfossintaxe, «há elementos exclusivos na língua actual, tanto galega como portuguesa, que se podem interpretar como sendo um arcaísmo céltico, mantido pela área galego-lusitana, que deveria representar um fenómeno originário» (*id.*, *ib.*).

É interessante salientar, no entanto, que, enquanto Alinei considera o celtismo da faixa galego-portuguesa como proveniente da costa atlântica francesa, Ballester (*Alinei II: La sint. Emerg.*) prefere colocar outra hipótese. E defende a possibilidade de outras rotas para a entrada dos povos celtas na Europa. Aliás, devolve a Alinei o seu próprio argumento, dizendo não haver provas arqueológicas ou outras, incluindo genéticas, a demonstrar a intrusão de populações vindas da Gália, para além de quantidades mínimas pouco significativas (voltaremos a este tema, ao focar o megalitismo em Portugal).

De facto, e no que respeita aos estudos do mtADN, parece confirmar-se a hipótese de uma vinda de populações do Norte de África para a Península Ibérica, há cerca de 40 000 anos (Ana Gonzalez e outros, *Mitochondrial DNA affinities at the Atlantic Fringe of Europe*, in *American Journal of Physical Anthropology*, 120, pp. 391-404, 2003). Neste trabalho, para além de se mencionar de novo a coincidência, em tempos paleolíti-

cos, do mtADN peninsular com o mtADN britânico, sublinham-se as notórias correspondências entre a África e a Península Ibérica, não explicáveis apenas com a vinda dos muçulmanos no séc. VIII. Por outro lado, salienta-se que, dos resultados obtidos, transparece grande incremento populacional em períodos posteriores, como o Mesolítico, inclusivamente de povos subsarianos, já neolitizados desde 8000 a. C. O que nos remeteria para colocar outras hipóteses interessantes acerca da neolitização do nosso país, tanto mais que há estudos genéticos de animais domesticados, como bois, burros ou cavalos a apontar para uma ancestral coincidência entre ADN africano e peninsular, nomeadamente Portugal (Albano Beja-Pereira e Giorgio Bertorelle, *European cattle, more than meets the eye?* in www.cienciahoje.pt; Cecilia Anderung e outros, *Prehistoric contacts over the Straits of Gibraltar indicated by genetic analysis of Iberian Bronze Age cattle*, in www.pnas.org, Jun., 2005).

Em consonância com estas conclusões da genética, está assim a afirmação de Ballester: «[...]las lenguas célticas – la única familia indoeuropea reconocida unanimemente para la Península Ibérica – presentan además[...] a afinidad tipológica que gardan y con las lenguas afroasiáticas (especialmente las camíticas y semíticas, las más próximas geográficamente) [...]» (*Sobre el Origen de las Leng. Indoeur. Prerrom. de la P. Ibérica*).

Então podemos concluir com Ballester: «pequeños grupos de cazadores y recolectrices ([...]el grupo incluye especialmente a pescadores y marisqueros) y hablantes de lo que después serían lenguas célticas, debieron penetrar en la Península Ibérica en el Paleolítico Superior, y antes, pues del 8000 a. C. Probablemente arribaron desde África[...] siguiendo sus objetos de alimentación, avanzarían por las cuevas o por el interior, sirviéndose aquí preferentemente de las cuencas fluviales, para ir extendiéndose progresivamente hasta el Norte, poniendo nombres a ríos y otros lugares.» (id., *op. cit.*). O /p/ ter-se-ia perdido entretanto, ao longo da Península Ibérica, e daí a diferença do primitivo lusitano para o celtibérico, ou para outras línguas célticas, como se disse mais acima.

Portanto, ao que tudo indica, «en el que respecta a las lenguas célticas extrapeninsulares la conclusión sería la misma: esas lenguas procederían de la Κελτική, (*‘Celtikē’*), es decir, de la Península Ibérica.» (id. *Ibidem*)

Convém acrescentar que se o lusitano manteve o arcaísmo da manutenção do fonema indo-europeu /p/, isto se ficou a dever talvez também ao seu isolamento em relação a outras regiões, o que nos leva a recordar aquilo que ficou dito atrás, acerca do refúgio ibérico na época glacial.

Facto relacionado igualmente com os estudos genéticos que afirmam a singularidade do povo português, pois «[...]manteve um certo grau de especificidade cultural e étnica, característica proveniente de tempos antigos» (Paulo Santos e outros, *Relatedness among Basques, Portuguese, Spaniards and Algerians studied by HLA allelic frequencies and Haplotypes*, in *Journal Immunogenetics*, Springer, Berlin/Heidelberg, vol 47, nº 1, 1997, col. Biomedical and Life Sciences, Springerlink, 19 de Fev. 2004). Singularidade essa que, de acordo com os investigadores portugueses que participaram neste estudo, reside na existência de dois haplótipos únicos: A25-B18-DR15 e A26-B38-DT13. O primeiro encontra-se em Portugal e tem reflexos em populações brancas da América do Norte e do Brasil. «Provavelmente, é um marcador para o antigo povo português da Europa e para as populações descendentes de portugueses, na América». O outro «é um marcador específico dos Portugueses, não encontrado em mais nenhuma parte do mundo e existiu, talvez, nos primeiros Ibero-Ocidentais. Portanto, os Portugueses são uma população relativamente distinta, pois os dados do nosso HLA[...] podem reflectir um efeito fundador, ainda detectável, vindo dos antigos portugueses, *i. e.*, Estrímnios e Cónios» (id., *ibidem*).

Como nota, diga-se que Cónios é o nome citado por inúmeros autores antigos para designar os primitivos habitantes, sobretudo, do Algarve; Estrímnios é o nome citado por Avieno (*Ora Marítima*, do séc. IV d. C., baseada num périplo comercial massaliota do séc. VI a. C.), que a eles se refere dizendo terem sido os primeiros habitantes daqui, expulsos por *uma invasão de serpentes*, e que se acoitaram na Bretanha (nome da Inglaterra de então).

Ecos lendários de um tempo passado? Ecos de movimentações pré-históricas, como as que surgem mencionadas na *Lenda da Fundação*?

4º - A TCP (ou Paradigma da Continuidade Paleolítica) aplicada a Portugal

Mas é exactamente com base em muitos destes dados aqui abordados parcialmente, que a teoria, ou paradigma (como prefere X. Ballester e que creio também ser mais apropriado), vem revolucionar, quanto a mim, a cronologia e o enquadramento dos acontecimentos, com profundas consequências no modo de ver a História nesta faixa atlântica da Península Ibérica e não só.

Pode afirmar-se, partindo de M. Alinei e F. Benozzo, que este território é de todos o que mais desmente as teorias tradicionais. Estes dois

autores, ao referirem-se ao caso concreto da Galiza (*Alc. Asp. della teoria della Cont. Paleol. applicata all'area gallega*), salientam aspectos que, dadas as suas características, podem ser aplicados também a Portugal inteiro. Assim, tomamos como nossas as suas afirmações para dizer que toda a faixa atlântica é «a região originariamente céltica» (idem, *op. cit.*).

Convém, no entanto, realçar que, ao ler o texto citado, ficou a sensação de que ele poderia ter sido mais abrangente. Embora considerando que se tratava de um tema apresentado numa ocasião específica relacionado com a Galiza, dele ressalta uma caracterização demasiado exclusiva do Noroeste da Península, não englobando mais abertamente a cultura e a pré-história da restante faixa atlântica que se estende até ao Sul da Ibéria.

Portugal – que estes autores, contudo, não excluem, ao apresentar exemplos desse celtismo primitivo e originário – dispõe comprovadamente, de norte a sul, de todos aqueles elementos citados no artigo referido acima. No caso concreto da cultura castreja, por exemplo – considerada tipicamente celta –, estão já claramente identificados cerca de 7000 castros, em todo o Norte do nosso país até Aveiro. Mas também em Santarém, Setúbal, Évora e Beja, bem no centro e no sul do País, eles fazem parte importante da paisagem.

Em relação especificamente ao argumento céltico do megalitismo da Galiza, esse fenómeno é referido como datado apenas do IV milénio a. C., posterior, portanto, ao megalitismo bretão, do V milénio a. C., um dos argumentos que pode estar também na base da tese de Alinei sobre a proveniência francesa do celtismo, como vimos atrás. No entanto, e como se disse igualmente, no Algarve, a datação pode recuar ao VII milénio e, no Alentejo, ao VI, nomeadamente, com o complexo dos Almen-dres. Estes são dados importantes, pois vêm ao encontro dos argumentos de X. Ballester na defesa de que o primeiro núcleo celtóide estava na Península e que a expansão se fez de Sul para Norte, numa correlação com o que se disse sobre a expansão dos Indo-Europeus e o repovoamento pós-glaciar.

Também é de salientar que esses mesmos recintos megalíticos são considerados actualmente como «observatórios astronómicos» com referências solsticiais (v. Marciano da Silva ou Pedro Alvim, in www.crookscape.org). E citamo-lo na sequência da afirmação de Alinei e Benozzo acerca de outro elemento celta, os «santuários solsticiais», que se encontram igualmente disseminados por Portugal. Mais adiante, virá a propósito a citação específica a um desses possíveis santuários solares, em Sintra.

Mas outros elementos há, não referidos ainda, a comprovar a nossa necessária inclusão nessa região originariamente céltica e que também se estendem de norte a sul do País. Para além, evidentemente, de o *corpus* lendário, em que se inclui a *Lenda da Fundação*, ter sido chamado à colação por estes autores, eles sublinham a existência de outras lendas e de outro *corpus* mítico-religioso de celtismo inconfundível, de cariz popular. Ora, não esqueçamos, é essencialmente na tradição popular e na tradição oral que se encontram as mais profundas raízes identitárias de um povo e alguns dos exemplos citados por Alinei e Benozzo focam o território português – as tradições em redor do rio Lima e do promontório Sacro. Apesar disso, no entanto, parece fazer-se um vazio entre norte e sul, por parte desses dois investigadores: não só no que toca ao megalitismo, mas também no que toca à forte componente mesolítica do Tejo, do Sado, do Mira e do litoral algarvio. E não mencionam que essoutras lendas mítico-religiosas, que vamos ver a seguir, são igualmente recorrentes em Portugal inteiro:

A) As lendas de mouras e mouros encantados

Muitos conhecem as célebres lendas de mouras e mouros encantados, tão disseminadas por este País fora, do Algarve ao Minho e Trás-os-Montes.

É evidente que há também lendas de mouros e mouras a referirem-se especificamente ao povo que aqui habitou desde o séc. VIII, como é o caso da lenda de Moura ou da moura Ardinga, de Lamego. Mas não creio que pertençam ao mesmo paradigma. Nem que seja válido o argumento de que as primeiras são «encantadas», porque o povo que as criou se referia a um povo que lhe era estranho, pela atracção e terror simultâneos que inspiraria. Historicamente, esse povo mouro que aqui esteve foi, em boa parte, moçárabe e mudéjar (fruto bem misturado de cristão e muçulmano), onde a estranheza não estaria, decerto, assim tão presente. Recordemos que, já no tempo de D. Afonso Henriques, Chaves era governada por um emir muçulmano (1160) e que o bispo de Lisboa se aliou à população contra as tropas do nosso primeiro rei, apoiadas pelos Cruzados, o que lhe valeu a decapitação.

Mais uma vez, convém fazer a destrição entre a realidade da elite governativa e da classe dominante, por excelência urbana e cosmopolita, e uma outra realidade bem diferente, a do povo miúdo, sobretudo rural – pagão, no genuíno significado desta palavra, o *pagus*, ou *campo* –, afinal o autor destas lendas e, simultaneamente, guardião essencial da nossa continuidade. E, de facto, estas são lendas de cariz popular e não erudi-

to, pertencem à tradição oral e não escrita, como defendem também Ali-nei e Benozzo (*op. cit.*). Casos como lendas do tipo da de Moura ou de Lamego terão, talvez, um fundo histórico e erudito, enquanto as outras terão um fundo mítico-religioso, não confundível com o povo muçulmano. Haverá, numa ou noutra lenda, e como é natural, um contágio inevitável, mas isso não impede que tenhamos de distinguir e de considerar dois paradigmas distintos. Porque tudo o que está subjacente nas lendas de mouras e mouros encantados é claramente diferente e tem um outro sentido, também claramente muito diverso. E esse sentido torna-se mais nítido e evidente se o virmos à luz desta nova teoria (ou PCP) e se o confrontarmos com o que sabemos da cultura celta primitiva.

Analisando este fenómeno das lendas das mouras encantadas, é curioso anotarmos que um dos instrumentos de que os arqueólogos se servem para localizar vestígios pré-históricos seja precisamente a existência persistente deste lendário em certas regiões e certos locais do País. Coincidências? Por via de regra, onde há uma lenda de mouras encantadas, há uma anta, um megalito, um castro, uma gruta utilizada nesses milénios recuados ou uma outra qualquer manifestação, como a arte rupestre. Por via de regra, também, esses mesmos vestígios têm, «por coincidência», o nome de «pedra da moura», «cova da moura», «pala da moura», «casa da moura», «poço da moura», ou outro semelhante. E a eles se ligam rumores populares, referindo promessas de achado de um tesouro de ouro e prata – de leitura sugestiva mas facilmente correlacionada com ambientes pré-históricos –, ou, mais objectivamente, dizendo que o tesouro é (por coincidência) pré-histórico.

Cite-se, por exemplo, a lenda do monte da Saia, perto de Barcelos, onde esse tesouro dito pré-histórico é guardado pelas «cobras-mouras» ou «bichas-mouras». Estes termos são, por sua vez, igualmente muito utilizados para designar os seres sobrenaturais, meio mulheres, meio serpentes, habitantes dessas paragens; ou para designar os locais onde estão insculpidas as «bichas» ou cobras, tema iconográfico tão comum da nossa pré-história. Não será certamente por acaso também que, nas lendas, as mouras são, na maioria das vezes, meio mulheres, meio serpentes, ou vêm a transformar-se nesses animais ou noutros, como por exemplo o touro, outro dos ícones mais desenhados e pintados na nossa arte rupestre. Veja-se o exemplo da lenda alentejana da Quinta do Fidalgo e da dama chamada, como não podia deixar de ser, Ana, nome enquadrado no contexto da *Lenda da Fundação* e cuja raiz etimológica já foi mencionada acima, para significar 'avó – antepassada'.

Normalmente, nas lendas, esses seres sobrenaturais estão do mesmo modo associados à ideia de morte – como, por exemplo, o risco que corre qualquer incauto que não cumpra as regras que lhe são impostas para o desencantamento do ser encantado, ou do local – e à ideia de vida, de fertilidade e riqueza – como a oferta de ouro que se pode transformar em carvão, símbolo do seco, do infértil, do imprestável. Vida e morte são temas indissociáveis nas crenças pré-históricas que terão presidido às construções deste tipo de monumentos. A este propósito pode também referir-se a lenda da Casa da Moura de Zedes, ou a da Anta da Pala da Moura, que conta como a anta terá sido construída: uma moura encantada trouxe à cabeça a mesa da anta, enquanto amamentava um bebé e fiava, numa roca, *o fio da vida*...

Em alguns locais, a moura é substituída por um mouro encantado, ou melhor, um gigante, o gigante construtor dos megalitos, o gigante que existe nas crenças populares, como pessoalmente tive a oportunidade de constatar numa aldeia próxima de Monsaraz; ainda que a crença possa ter uma fácil motivação psicológica, não nos devemos esquecer de que esta é outra zona particularmente rica em megalitismo, a zona próxima do rio que deu o nome aos grupos que aí viviam: os Celtas do Ana, como já Estrabão lhes chamava.

E é, também, crença popular que os gigantes construtores de megalitos vivem geralmente em covas subterrâneas (como o gigante próximo de Monsaraz), o mundo do reino dos mortos. Nos antigos mitos, são igualmente considerados como filhos da Mãe Terra, tal como as mouras encantadas.

Para Alinei e Benozzo está também completamente fora de questão confundirem-se estas lendas com o povo mouro. E recorrem mais uma vez às possíveis raízes etimológicas que justificam esta sua hipótese, pois reconhecem existir a palavra céltica *MRVOS para designar, tanto ‘morto’, como ‘ser sobrenatural’. Ora, como se verifica, esses são elementos fundamentais neste tipo de lendas.

Por outro lado, lembram que o termo mais vulgar para designar os monumentos funerários megalíticos, em galego e em português, é *mamoa* e não *dólmen* – o termo utilizado noutras línguas. Na realidade, a anta que conhecemos é apenas o «miolo», escondido sob um monte de terra, agora desaparecido, que tinha essa forma sugestiva de mama, ou de ventre grávido de mulher. Assim, o termo *MRVOS, tal como o termo *mamoa* mostram ser aqui que reside o fundo originário deste lendário. Um fundo pré-histórico céltico, fruto de uma longa tradição oral, e não

tardio, como o séc. VIII. E são as próprias lendas a transmitir-nos «que os megalitos foram postos nos lugares sobre os quais as “mouras”, epifania mitológica da própria terra, aleitavam os seus filhos. Portanto, a lenda oral, assim como o topónimo dialectal representam uma preciosa e vital prova da função mágico-religiosa dos complexos megalíticos: o nome dos megalitos e as lendas a eles associadas devem, de facto, referir-se a um período em que também o aspecto dos megalitos era diferente do actual» (Alinei e Benozzo, *Alc. Asp. della TCP. applicata all'area gallega*). Devem referir-se, assim, ao tempo das crenças na Mãe-Terra, regeneradora da natureza e dadora da morte e da vida.

Morte e vida são também os temas sugeridos pela própria forma do «miolo» das mamoadas, as antas, espécie de útero materno de onde o morto renascerá para a vida do Além. E mais uma vez aqui reencontramos um tema caro à cultura céltica: o Além ou o Sid, o paraíso céltico, espécie de ilhas Afortunadas, buscadas pelos nossos navegadores, ou de ilha de Avalon, envolta em nevoeiro, o mesmo nevoeiro que traria de volta o rei D. Sebastião. Avalon que poderá ter a raiz **au-*, citada por Ballester para designar ‘avô – avó’ ou ‘antepassado’, alvo de culto dessas épocas pré-históricas.

Mas, de regresso ao Além, esse era o reino para onde os mortos iriam, levados por uma mulher, uma bela mulher de longos cabelos loiros e vestes brancas e diáfanas. Pela sua natureza feminina e consequentemente maternal, este é mais um elemento intimamente ligado à Mãe-Terra. E à fertilidade.

Quantos de nós não recordam a bela mulher, descrita na Demanda do Graal, na versão portuguesa, transportando a taça nas mãos e distribuindo por todos o melhor manjar que cada um deseja, ao mesmo tempo que a sala se enche de luz intensa? Para além de a incorporar num ambiente onde ressoam os ambientes pré-históricos já mais próprios da Idade do Bronze – a comida, a bebida, os banquetes, os cavaleiros –, esta mulher, ou estas mulheres, com longos cabelos loiros, têm correspondência certamente com as mouras encantadas que se penteiam com um pente de ouro, doirado como os seus cabelos. O ouro da cor do Sol, ligado à fertilidade, como a serpente em que as mouras se transformam. Fertilidade e serpentes são, ao que parece, também temas de um achado inédito, recentemente divulgado (v. archport), de insculpturas numa rocha, perto de Tondela. Aqui, segundo as descrições publicitadas, estão inscritas uma figura feminina com um bebé sobre o ventre, e uma figura masculina, aparentemente simulando um acto ritual, ambas enquadradas com serpentes, o tema

recorrente deste lendário das mouras encantadas. Mouras das nossas lendas que surgem à beira das fontes ou dos cursos de águas límpidas – a água, outro elemento, por excelência, ligado à vida –, nas noites de luar da véspera de S. João, festa intimamente relacionada com o culto do renascimento da natureza e com a fertilidade. O Sol, o oiro, e o círculo lunar, a prata, símbolos próprios dessa força da natureza a que se convencionou apelidar de Deusa-Mãe, a deusa dos olhos de Sol, como assim lhe chama o arqueólogo Victor Gonçalves, especialista do megalitismo português e do estudo das placas de xisto alentejanas, onde esses símbolos aparecem insistentemente. Por outro lado, e como faz notar a especialista de lendas portuguesas, Fernanda Frazão, louras são as searas, louros são os campos férteis, prontos para a colheita. E na estreita relação de sementeira e colheita, F. Frazão chama a atenção para o paralelismo com outro elemento, muitas vezes presente nas lendas, como a grade. Esta prepara e desfaz os torrões da terra para melhor acolher as sementes, tal como o pente, que ao alisar os longos cabelos da moura encantada, a prepara para melhor atrair. De oiro é, evidentemente, a grade, na lenda de Crestuma que, por causa dela, tem o seu nome (F. Frazão, *Lendas Portuguesas da Terra e do Mar*, pp. 43-44, ed. Apenas Livros, Lisboa, 2004), e lá estão também alguns tópicos essenciais já citados: as águas do rio onde a grade está mergulhada, uma vaca a parir dois bezerros ao mesmo tempo e o leite a ser obrigatoriamente aproveitado na totalidade pelas duas crias.

Que mais se pode pedir quanto à presença de elementos próprios dos ambientes dos primeiros pastores e agricultores?

Parece, portanto, óbvio que o fundo mágico-religioso pré-histórico deste lendário e a actual persistência na cultura popular expressam uma clara continuidade. Continuidade que está em consonância com o significado dos megalitos, construídos, segundo o Paradigma da Continuidade Paleolítica (e Manuel Calado), pelos pescadores mesolíticos celtas da área atlântica, em toda essa faixa que vai de Portugal à Galiza e à costa francesa e insular.

Em termos especificamente mítico-religiosos, e fazendo parte também deste complexo conjunto de tradições, disse-se há pouco que em Portugal residem dois dos mais importantes locais que têm sido alvo, ao longo da História, de quase todas as mitologias primitivas ocidentais. São eles o rio Lima e o promontório Sacro. Este último tem, em particular e de forma notória, atravessado várias épocas de sacralização, até praticamente aos nossos dias.

B) O rio Lima ou Lethes, o rio do «Esquecimento»

Já Estrabão dá a explicação da origem do seu nome tal como ele nos é então citado: rio *Lethes*, termo que designa esquecimento, em grego.

E é assim chamado porque em tempos, diz Estrabão, quando os Celtas do Guadiana se quiseram expandir para o Noroeste, ao chegarem ao Lima, se revoltaram. O seu chefe pereceu na escaramuça. Sem ele, permaneceram ainda nas suas margens por algum tempo, até se dispersarem e perderem, sem lembrança do caminho de regresso.

Tito Lívio também se referiu ao rio como «Rio do Esquecimento», identificando-o com o *Lethes* da mitologia grega, que tinha o condão de provocar em todos os que o transpusessem o «olvido do passado e da própria pátria» (conde de Bertandos, in *Lendas*, 1898).

Para García Quintela (*Mitos Hispánicos, La Edad Antigua*, pp. 39-40, ed. Akal, Madrid, 2001) é óbvia a conexão entre esta história e o mito céltico do Além, bem como a sua relação com outros temas célticos. Neles também se incorporam os temas do esquecimento e da perda de rumo. E conta a história da viagem de São Patrício até à terra dos Bretões do *Letha*, na Bretanha francesa, de uma lenda galesa que fala de um exército que povoa o *Llydaw*, ou país dos mortos, ou de uma outra lenda, dos galos de Itália, com referência a um bosque encantado, chamado *Litana*. Lembra G. Quintela que, no irlandês, a palavra *letha*, no galês, *llydaw*, e no galo, *litana*, são designações do Além celta. Por outro lado, e recordando o significado da palavra grega *lethes*, tudo parece indicar ser este nome a deturpação feita por Gregos e Romanos de um termo que lhes era familiar, pois o rio *Lethes* fazia parte da sua própria topografia sagrada. Deturpação linguística que Gregos e Romanos teriam feito sistematicamente na Península, perante relatos indígenas referentes a mitos originais. Já L. Marinho de Azevedo, no séc. XVII, punha essa hipótese na obra *Fundação, Antiguidades e Grandezas de Lisboa* (ed. de 1652). Muitos serão, de facto, os exemplos, que tentaremos desenvolver em próximas obras.

É comum a quase todas as mitologias a existência de certos locais da Terra integrados numa geografia sagrada, lugares considerados «umbigo», ou «centro» do mundo, onde, através deles, se pode estabelecer a ligação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos e dos deuses. Já a *Bíblia*, resultado de muitas tradições anteriores, também menciona o local e a pedra sobre a qual Jacob adormeceu e viu, em sonhos, a escada que ligava a Terra ao Céu. Múltiplos e evocativos dessa ideia são os locais com nomes semelhantes, contendo os mesmos significados. *Lethes*, por exemplo, foi também nome de rio no Algarve (Ant. Rei,

«O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî», p. 21, in *Medievalista on line*, nº 1, 2005 – Instituto de Estudos Medievais / FCSH – UNL), que passou a rio de Santa Maria e é actualmente o rio Seco das múltiplas lendas de mouras encantadas algarvias, e *Lethe* será raiz do nome do rio Guadalete, em Espanha. Embora, neste caso, não seja segura essa etimologia, a verdade é que também este rio é citado como local de outro mito ibérico correlacionado: L. Marinho de Azevedo (*op. cit.*) conta que, no topo sul da Península, pelo rio Guadalete, entravam as almas que iam para o Além, enquanto no topo norte, pelo rio Lima, regressavam as almas que renasciam.

Mas nomes como «Boca do Inferno», ou «Poço do Inferno» designam igualmente essa abertura perigosa, onde o «esquecimento» está ligado, não só aos que acedem ao Além, como aos que reencarnam, ou renascem, sem que lhes seja permitido terem a memória desse Além. Não se diz que um anjo preside ao nascimento de uma criança, tapando-lhe olhos, ouvidos, nariz e boca para que não recorde nada que a impeça de começar de novo?

O «esquecimento» é, assim, um tema recorrente mítico-religioso, extensivo à tradição indo-europeia. E, normalmente, na mitologia céltica, os locais onde esse fenómeno se manifesta estão ligados a regiões longínquas, envoltas em bruma, para lá de um rio, ou numa ilha, onde os vivos se podem perder na sua busca imerecida, ou de onde alguns mortos podem voltar, como o rei escolhido, caso de Artur e de Avalon, ou de D. Sebastião, os reis regeneradores dos seus povos, perdidos pela sua ausência.

Mas essa concepção de renascimento está ainda intimamente relacionada com a ideia céltica do caldeirão mágico, de alimento inesgotável e divino, promessa de regeneração dos heróis (à semelhança da taça do Graal). Caldeirão a que já fizemos referência na *Lenda da Fundação*.

Nesta linha, Quintela (*op. cit.*), a respeito de um achado arqueológico nas Astúrias, o *diadema de Mones*, considera que este vem reforçar o carácter originário peninsular, mítico e céltico, do rio do Esquecimento. Nesse objecto, estão representados cavaleiros, bem como outros personagens, com rostos de aves, caldeirões e animais marinhos. Todos estes elementos se interligam com os temas caros à épica irlandesa e ao tema do Sid: a água, o mar, a terra prometida que se alcança de barco, as aves da sabedoria e guardiãs do Além, o alimento, a regeneração e o renascimento.

Mas relacionado com o que foi dito até agora, há um outro episódio passado nas margens do rio Lima, relatado por Lúcio Floro, outro escritor

latino referido por Quintela (*op. cit.*): em 137 a. C., Júnio Bruto, chefe do exército romano, foi obrigado a deter o seu avanço em direcção ao extremo noroeste da Península, porque os seus soldados, ao chegarem ao rio, pararam aterrorizados e recusaram-se a passar para além dele, pois viram o Sol descer sobre o mar, incendiar as águas e aumentar de tamanho.

Como diz Quintela, «pouco haveria a dizer a respeito deste assunto, não fosse ele coincidir parcialmente com informações de etnografia religiosa sobre o promontório Sagrado, o actual cabo de São Vicente, na ponta sudoeste da Península e território dos Celtas do rio Ana e com as observações astronómicas feitas nesse local» (*op. cit.*, pp. 40-41). E, em simultâneo, Quintela cita a ligação estabelecida por E. Melim de Sousa entre este fenómeno de o Sol crescer ao deitar-se sobre as águas e as gravuras encontradas numa rocha, perto da orla marítima nos arredores de Sintra (precisamente, a *montanha da Lua*, como era conhecida pelos Antigos). Nesta rocha, os círculos e os traços ondulados insculpidos serão representações do pôr do Sol no mar, enquanto uma figura humana, talvez um orante, parece celebrar cerimónias rituais. Este local teria sido, assim, também um santuário solar, com conotações semelhantes às do rio Lima e às do promontório Sacro, o qual vamos ver com mais pormenor.

C) O promontório Sacro: cabo de São Vicente/Sagres

Para este promontório, para nele ficarem para a eternidade, terá vindo o Rá, na barca guiada por Seth; o Hércules orolíbico, filho de Osíris, ou seja, Hórus; o titã Crono, derrotado por Zeus; ou o Hércules grego, confundível com o outro Hércules, ambos vencedores do gigante Gerião, rei mítico peninsular; ou Túbal, neto de Noé e outro rei mítico fundador peninsular; ou S. Vicente; ou até a *mítica Escola de Sagres* da epopeia portuguesa e do infante D. Henrique (quanto a esta, não comprovando a História a sua existência, porque se mantém ainda assim na memória colectiva?) ...

Talvez por que, na Península Ibérica, seja a própria geografia que está em concordância com o mito do eterno retorno, vida – morte, fim – princípio; talvez por que seja esta a terra onde se destaca o mito dos rios *Lethes*, com a entrada para o Além e a saída para o renascimento. Terra dos Extremos, o extremo sudoeste, de onde os homens desejavam avistar a terra da sua origem, cuja lembrança conservavam nos confins da memória – no dizer de Fernanda Frazão – e o extremo noroeste, de onde avistavam a terra para onde queriam ir. O mesmo elemento mítico-religioso está presente na tradição do promontório Sacro, de onde se par-

tiu em busca das Ilhas Afortunadas, e está presente em Brigância (também antigo nome da Corunha), ou Breganza (nome referido pelo *Lebor Gabala*) onde, da Torre de Hércules, Ith, Breogan ou o próprio Gate-lo, numa noite de luar, vislumbrou a Irlanda, espécie de ilha prometida e paradisíaca, como diz a *Lenda da Fundação*.

Esta terá sido também, a terra dos Gálatas ou Celtas. E, na hipótese de X. Ballester, expressa no artigo «Sobre el etnónimo de los gálatas (y de los celtas)», o significado destes dois termos pode vir ao encontro dessa mesma ideia: ambos designarão possivelmente o nome de populações como a de «los del extremo – los del límite» (*op. cit.*). Reunindo dados que apontam para a proveniência desses dois nomes de uma mesma raíz, este investigador diz que «the old name of the *Celtae* could be well preserved in the ethnonym *Galatai* which could be explained as *gala – ‘end, limit, border’ and *tai – ‘those’, ‘they’, with the general meaning of ‘the border people’, a common kind of ethnonym that suits the geographical situation of old Celts and their historical background» (*id., ibidem*). Recordemos que foi através dos Gregos, cuja mitologia está eivada de temas ligados ao Extremo Ocidente, que sabemos o nome deste grupo de gentes. E recordemos, como Ballester, no artigo citado, a correspondência da geografia com crenças e mitos das religiões antigas e essa mitologia sobre os confins do Ocidente, as *finis terrae*, as terras onde o Sol se põe e a sua conotação com o reino dos mortos. Reino mítico para onde partiam para a eternidade os antepassados de muitos povos que os cultuavam e aos quais atribuíam a sua própria existência.

Através da citação de alguns autores a que vou recorrer, essa sacralidade do cabo de São Vicente e de Sagres é visível e persistente ao longo da História e é motivo de vários mitos de diferentes tradições.

1) O Promontório e os testemunhos da mitologia grega e romana

Uma das primeiras referências é a de Avieno, que neste local diz ter existido um templo dedicado a Crono, salientando ter sido talvez esta a razão de toda a mitologia criada em redor do «ponto extremo da rica Europa que entra pelas águas salgadas do Oceano povoado de monstros». Monstros próprios do mundo para lá das Colunas de Hércules, a entrada para o mundo fantástico dos deuses, esse mundo do extremo Ocidente onde o Sol se põe, a terra infernal da morte.

Para Estrabão (*Geografia*, III, 1, 4), do s. I, «[...]este é o ponto mais ocidental não só da Europa, mas também de toda a ecúmena», onde o Sol, segundo tradições populares, aumenta no Ocaso, pondo-se com ruído,

como que a extinguir-se e a fazer ferver as águas do Oceano. Estas observações remetem-nos imediatamente para as afirmações feitas em relação ao rio do «Esquecimento». E Estrabão, levando-nos de novo para o mesmo universo mítico, acrescenta que, neste ponto extremo do Ocidente, «não é permitido oferecer sacrifícios nem aí pernoitar, pois dizem que os deuses o ocupam àquelas horas. Os que o vão visitar pernoitam numa aldeia próxima, e depois, de dia, entram ali levando água, já que o lugar não o tem». Seguindo Artemidoro, autor anterior a Estrabão meio século, diz ainda «que não se vê nenhum santuário de Hércules [...]nem altar, ou dele ou de algum outro deus, mas que em muitos sítios há grupos de três e quatro pedras, que são pelos visitantes voltadas, em virtude de um costume tradicional, e deslocadas, depois de eles fazerem libações».

2) O promontório Sacro e os primitivos reis míticos e fundadores de Portugal, Túbal e Hércules

Deste local, no século XVI, dizia Bernardo de Brito, na sua *Monarquia Lusitana*: «Túbal aqui morreu, em 2009 a. C., sendo sepultado na última parte da terra, no promontório Sacro, com grande dor de todos os moradores da Tubália [Portugal]. Tal foi o amor que lhe tiveram, que nunca se perdeu a memória da sua sepultura, sendo venerada e visitada como coisa santa[...] Introduzindo-se, mais tarde, a idolatria e as superstições gentílicas, ficou, no entanto, a lembrança da sacralidade do local e, sem já saberem por que razão, por o tempo a ter esquecido, tinham tanta veneração àquela parte da terra que, à noite, ninguém se atrevia a passar junto dela, dizendo que andavam os deuses naquele local fazendo grandes festas. Daqui veio a chamar-se esta terra Promontório Sagrado».

E B. de Brito continua, referindo-se agora a Hércules: «[...]fez grandes sacrifícios e libações aos deuses, convidando os mais antigos e principais da nossa terra para essas festas. Com esta atitude, foi entrando pela terra dentro até ao grande promontório que os naturais tinham por sagrado. Aí, fundou um famoso templo em que instituiu ritos e modos de sacrificar semelhantes aos egípcios, ritos e cerimónias que permaneceram muitos anos. Uma dessas cerimónias, que todos os que vinham de fora praticavam, tinha a ver com o tabu de entrar no templo depois do pôr do Sol. Assim, quem quer que chegasse nessa altura, esperava nos arredores pelo dia seguinte; e quem estivesse lá dentro, tinha de sair e juntar-se aos demais...».

Do promontório Sacro, no século XVII, dizia também P^e. António Vieira («Sermão da Primeira Oitava da Páscoa». Pregado na matriz da

cidade de Belém no Grão-Pará, no ano de 1656, in *Sermões do...* Lisboa, Editores, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1855, t. V, p. 240):

«Aquela ponta de terra montuosa, que hoje chamamos cabo de São Vicente, antigamente se chamava Promontório Sagrado por estar ali o sepulcro de Tubal, primeiro pai na nossa nação, e também o de Hércules, um dos mais famosos e amados reis da Lusitânia. Havia minas neste promontório, as quais por causa da mesma veneração também era vedado cavarem-se: e dizem as histórias daquele tempo, que só em um caso se permitia aos moradores aproveitarem-se do ouro e prata das ditas minas. Mas qual era este caso? Coisa verdadeiramente notável e muito digna de se notar. O caso era quando caía do céu algum raio que penetrasse a terra e descobrisse os preciosos metais que nela estavam escondidos».

(Este tema da existência da sepultura de Túbal ou de Hércules, ou de um templo fundado por este último, muito glosado na historiografia portuguesa até ao séc. XIX, será objecto de um próximo projecto de F. Frazão e meu.)

3) O promontório Sacro e a continuidade da sacralização

Leite de Vasconcelos (*Religiões da Lusitânia*, vol. II, pp.199-216) – séc XIX-XX – analisa este mesmo fenómeno acerca do promontório Sacro e dá-nos informações preciosas onde entra a sua própria experiência. A verdade é que, até à sua época, muitos dos rituais, lendas e tradições relacionados com este local e toda a zona circundante estavam vivos e bem vivos, como comprovam as suas recolhas. E ele próprio as compara com os textos antigos – como o já citado Estrabão – para encontrar as semelhanças: «Com o fim de saber se no cabo de São Vicente ou em Sagres corria hoje alguma lenda ou superstição popular que pudesse relacionar-se com os factos constantes da narrativa de Artemidoro, fui lá em Março de 1894, e não perdi as passadas. No extremo do cabo, perto do farol e das ruínas do convento de S. Vicente, há vários montículos de pequenas pedras, que o povo chama *moledros* e *melédros*, i. é, “moledos”, dizendo mesmo “um *moledro* de pedras”. A propósito desses *moledros*, colhi da boca do povo as duas seguintes notícias:

- Quando se leva do *moledro* uma pedra, e se deixa num sítio, aí a pedra anoitece, mas não amanhece: i. é, vai-se de manhã ao sítio em que à noite se deixou a pedra, e esta já lá não está, e reaparece no *moledro*; é D. Sebastião quem de noite retira a pedra para o *moledro*;

- Quando se leva do *moledro* uma pedra, sem ninguém saber, e se coloca debaixo do travesseiro, aparece lá ao outro dia um soldado, que

logo desaparece, para ir outra vez, já transformado em pedra, colocar-se no *moledro*».

E este autor recorre ao exemplo da Irlanda, colocando-nos de novo no ambiente da nossa *Lenda da Fundação*: «se quiseres um bom vento[...] faz um monte de pedras na margem, semelhante a um duende, e, de volta, espera o bom vento».

Comparação com a Irlanda também feita por G. Quintela, que cita a versão irlandesa do mito indo-europeu sobre o «fogo húmido» (*op. cit.*, pp. 42 e seg.). Este investigador estabelece a ligação de todos os elementos citados, nomeadamente, o sol-pôr, o aumento do seu tamanho e o crescimento das águas, com o último episódio relatado acerca do rio Lima.

Avaliando, passo a passo, o que se narra no mito irlandês com os rituais praticados no promontório Sacro, conclui que «em ambos os casos há uma água ígnea que jorra (caso irlandês), ou um Sol húmido (Península), protegidos por tabus, pois não se podem contemplar [...]» (*idem, ibidem*). Há ainda referências semelhantes a libações, às funções das pedras, etc. Assim «o que se conta sobre as razões do regresso de Bruto [outro mito britânico] e os relatos sobre o Promontório Sacro, evocam tradições religiosas indo-europeias mais específicas com o mundo céltico» (*id., ib.*)

Mas mais ecos desse celtismo se podem encontrar nas descrições de L. de Vasconcelos (*op. cit.*): «Os deuses[...] reuniam-se durante a noite no promontório[...] ninguém podia lá ir nessa ocasião: o lugar tornava-se pois inviolável[...] não se permitia que lá se fizessem outros sacrifícios que não fossem, ao que parece, modestas libações[...] Busquei saber o que a este propósito se crê ainda hoje: [...]entre Sagres e o cabo de S. Vicente, na praia[...] aparecem medos e *pantasma*s [sic]. [...]Um rapaz, pescador, muito sincero, contou-me que viu ele mesmo um militar na praia a passear, de grande pêra, espada e listas azuis nas calças: este militar estava encantado. Viu ele e viram outros barqueiros que iam no mar[...] Também o mesmo pescador me disse que se conta que mesmo de dia andam na praia mulheres «descarapuçadas» – *pantasma*s – e moiros. À noite, vêem-se em seu lugar luzes a vaguearem da mesma maneira. Outros pescadores informaram-me de que há lá uma gruta onde a *companha* ia dormir. Um dos da *companha* acordou de noite com um *pesadelo* sobre as pernas, a pesar-lhe muito; gritou, acordou os restantes da *companha*, mas só ele é que viu. Toda a *companha* depois fugiu dali[...] Em Beliche Velho dizia-se dantes que se via às vezes lá, de noite, a qualquer hora, uma *fantasma*, vestida de branco, que *antemo*-

rizava todos; quem a via, fugia-lhe[...] Em S. Vicente assevera-se que, logo que anoitece, aparecem por ali uns medos, “umas cousas brancas e outras pretas”, com grandes meias encarnadas, e luzinhas na mão; e ouve-se à distância uma música surda, que se extingue pouco a pouco, lentamente, à proporção que as luzinhas vêm lá de longe, dos matos para a praia[...]»

E L. Vasconcelos acrescenta que «[...]É facto sabido que certos povos acreditam que as almas dos mortos moram em subterrâneos, em sítios remotos, em ilhas, no alto de montanhas, nas regiões ocidentais onde o sol se põe em cada noite para morrer quotidianamente[...]» «[...]O Promontório Sacro, hoje S. Vicente/Sagres, era nos tempos proto-históricos duplamente sagrado: aí corriam lendas populares e se celebravam certas cerimónias ritualistas[...] Aquelas lendas e cerimónias é natural supor que fossem indígenas; quem sabe mesmo se já datariam dos tempos pré-históricos? Os cultos fenícios são certamente mais recentes que elas[...] as lendas e cerimónias pertenciam provavelmente ao património religioso dos humildes pescadores da costa».

Afirmações, afinal, bem próximas do Paradigma da Continuidade Paleolítica.

L. de Vasconcelos chamou, igualmente, a atenção para um «monte», ou casal, chamado Vale Santo, encontrado por quem segue de Vila do Bispo para o cabo de São Vicente, por considerar que este nome também mostra «a tenacidade da reputação *de sagrado* que sempre o cabo teve».

Ora toda esta zona tem sido intensamente explorada nos últimos anos pela arqueologia e não só têm sido detectados vestígios paleolíticos, como mesolíticos e do Neolítico Antigo. Aliás, nesta precisa região, é elevado o número de menires – isolados, em grupos ou em cromeleques – considerados dos mais antigos e importantes, em consonância com o que já se disse acerca do megalitismo e da continuidade paleolítica.

Mas é ainda L. de Vasconcelos que nos conta a crença popular do «*leixão* [rochedo] ou *linxão de S. Vicente*, também chamado *O Gigante*... primitivamente pegado ao cabo. E entramos assim noutros exemplos que nos revelam, de forma ainda mais incisiva, o carácter persistente e profundo de crenças que conduziram à cristianização do promontório Sacro.

4) O promontório Sacro e a lenda cristã

Conta a lenda que S. Vicente ia sentar-se no lugar em que hoje há uma capela defronte, enfastiou-se de o ver ali, e foi com o dedo *mêminho*, i. é, miudinho ou mínimo, e atirou-o ao mar; mas o dedinho quebrou-se-

-lhe, e constitui hoje uma relíquia ou *arrelique* da igreja de Vila do Bispo. Ainda agora se mostra na praia o buraco correspondente ao sítio do leixão. S. Vicente tinha dois corvinhos consigo» (L. de Vasc., *op. cit.*).

Esta ligação de S. Vicente aos corvos já é patente na descrição da Capela dos Corvos, «famosa junto das gentes dos mares» (António Rei, *O Gharb al-Andalus em Dois Geógrafos Árabes do Século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî* p. 20. Instituto de Estudos Medievais/FCSH-UNL), erigida em tempos moçárabes e reconstruída, ao que se diz, no séc. XIV, sobre o local onde a tradição indica ter sido a sepultura de S. Vicente; perto do cabo dos Corvos, nome dado ao promontório por estes geógrafos.

A sua importância na Idade Média é atestada, aliás, pelas peregrinações que se realizavam, mesmo durante o período árabe, ao túmulo de S. Vicente. Peregrinações que estão na óbvia sequência de cultos e rituais pré-históricos e das peregrinações milenares de que falam os autores antigos.

E fazendo o elo Pré-História/História a partir da verificação da «tenacidade da reputação de sagrado que o Cabo sempre teve» (L. V., *op. cit.*), encontramos outra relação entre o promontório e a cultura céltica subjacente: S. Vicente e os corvos.

E, de novo, somos conduzidos às ilhas Britânicas. Nos relatos dos geógrafos árabes (*op. cit.*), a referência aos corvos, aliada aos perigos criados pelas invasões constantes que tiveram como panorama o promontório Sacro, remete-nos para o poder misterioso destas aves contra os invasores. Alinei e Benozzo (*Alc. asp... TCP.... all'area gal.*) também realçam essa comparação, dizendo que tal poder também está patente nas lendas galesas, pois «[...]a cabeça do deus Bran (o corvo) protege Gales de eventuais invasões». Por outro lado, estes autores mencionam a existência, no panteão galaico, de um deus Brennos, estabelecendo a relação entre este e Bran, o deus corvo céltico. E referem ser o panteão originário luso-galaico, de divindades célticas, caso único em toda a Espanha, pois mostra uma nítida individualização e coesão.

A propósito, recordemos a semelhança dos nomes Bran e S Brandão, cujas célebres viagens foram largamente glosadas na literatura medieval, em Portugal e Espanha, como se disse mais atrás.

Mas essa capacidade protectora do deus Corvo estende-se ao lendário de S. Vicente. Conta a lenda que, quando o seu corpo foi trazido de barco, do promontório para Lisboa, no tempo de D. Afonso Henriques (1173), dois corvos vinham a guardá-lo. Um à proa, outro à popa, tal como se apresentam na caravela, símbolo da cidade de Lisboa.

No fim de contas, o que parece resultar daqui é a cristianização do deus Corvo milenar céltico, a ponto de o transformar no próprio S. Vicente. Não será também o que transparece no facto de popularmente se chamar, ao corvo, *vicente*?

D) O culto das cabeças

Como última nota, vou fazer apenas uma breve abordagem ao culto das cabeças, nomeado igualmente como celta, por Alinei e Benozzo. Sabe-se, historicamente, que um dos costumes mais correntes, entre os Celtas, era a decapitação. Há exemplos de decoração arquitectónica celta com a incorporação de crânios nas paredes. Porquê? Talvez por considerarem que era na cabeça que se situava a força vital e, também, as qualidades de coragem e honra, temas que, aliás, estão bem presentes nos romances de cavalaria medieval, nomeadamente entre os *Cavaleiros da Távola Redonda*.

E é inevitável recordarmos os crânios mesolíticos, expostos no Museu Geológico, em Lisboa, a demonstrar sinais de trepanação, mas a que estaria aliado certamente um ritual: em redor do orifício, desenha-se um pequeno Sol.

Nos anos 60, em Ribemont-sur-Ancre, França, foi descoberto um cemitério ligado a uma grande batalha de celtas com um outro povo (www.ribemontsurancre.cg80.fr). Os corpos, de jovens entre os 15 e 40 anos, estavam enterrados de pé, decapitados, as cabeças acumuladas noutra fossa.

Este ritual foi, de resto, um costume muito comum aos povos indo-europeus, já que as cabeças tinham, entre outros, o poder da profecia. Na tradição celta das ilhas Britânicas, o deus Bran, já referido, tem igualmente outra lenda onde se conta que a sua cabeça, sobrevivente 80 anos à decapitação, para além de proteger contra o inimigo, tinha esse dom.

Por outro lado, em Portugal existem, não só esculturas de crânios, como sinais rituais fúnebres em que as cabeças eram propositadamente separadas do resto do corpo. Veja-se o caso dos vestígios datados dos tempos pré-históricos, encontrados na Gruta do Escoural, perto de Montemor-o-Novo.

Mas como demonstração da persistência deste culto, igualmente podemos encontrar, ao longo dos tempos históricos, muitas narrativas sobre cabeças: em Pitões das Júnias, Trás-os-Montes, existiu até à Restauração, a «Cabeça de S. Gonçalo», à qual os populares chamavam «Casco do Santo». Crê-se que seria um relicário, feito a partir de um crânio.

No Alentejo, são exemplares as histórias da cabeça de S. Romão, depositada na Igreja de São Pedro de Panóias – o corpo deste santo está na Ermida de S. Romão, mandada edificar propositadamente para esse mesmo efeito – e a de S. Fabião, em Casével.

Estas cabeças, chamadas «cabeças de saudadores», eram normalmente encastoadas em ouro ou em prata e serviam para benzer pessoas ou animais, fazer adivinhações e praticar mezinhas. A cabeça de S. Romão, por exemplo, era levada, por leigos, a locais profanos para, através dela, se benzer o gado, ritual que se manteve até ao séc. XVII.

Quanto à cabeça de S. Fabião, esta é uma belíssima cabeça-relicário de prata, depositada em Mértola, e datada possivelmente de meados do séc. XIII. Completada com pescoço, orifícios nas orelhas, nas narinas e na boca, dela dizem Cláudio Torres e Joaquim Boiça, os autores da monografia *A Cabeça Relicário de Casével* (pp. 41 e 42, ed. Campo Arqueológico de Mértola, 1995): «se o seu pião de ourives lhe abriu os ouvidos para que pudesse escutar os lamentos, as narinas para sentir as maleitas e a boca para fazer sair o bafo generoso, deixando intactas as pupilas dos olhos, é porque os encomendadores iniciais, ou vontades mais tardias, não pretendiam apenas mandar encastoar e adorar uma simples relíquia, conhecendo perfeitamente os poderes a realçar e os perigos a evitar. De qualquer homem morto, e muito mais de um saudador, era preciso evitar o olhar e nomeadamente a insondável pupila, sempre perigosa ligação com os mundos do Além».

O culto destas duas cabeças abrangeu todo o Alentejo, até ao vale do Sado, chamando peregrinos de todas as regiões. A sua propagação foi tão grande que D. Sebastião, em 1573, foi a Panóias, no Alentejo, «oferecer-se à cabeça de S. Romão».

CONCLUSÃO

Por tudo o que aqui ficou exposto, um facto parece ressaltar: nem que multiplicássemos 800 – o número de anos que se diz que temos de História – por 20, conseguiríamos abarcar a história cronológica do território chamado Portugal e, muito menos, de todo o seu conteúdo. E a história de todo o seu povo, ao qual agora chamamos português. Os nomes evoluíram, mas também os povos que foram nomeados. É essa evolução, do passado para o presente e deste para o futuro que tem de se preservar e de se dar a conhecer. «El pasado es lo que vive en la memoria de alguien, y en quanto actua en una conciencia, por ende incorporado a un

presente, y en constante función de porvenir» (António Machado, *Juan de Mairena*, Obras Completas, Madrid, 1950). Parafraseando Lucien Febvre, e rematando a epígrafe do início da 2ª parte, um historiador que recusa pensar o facto humano, que se submete aos factos como se eles não fossem produto da sua própria elaboração, esquecendo que foi ele afinal quem os escolheu, pode ser um excelente «*aide-technique*», mas não é um historiador. O homem é o objecto da História e tem de ser compreendido em todas as suas dimensões. O que nos leva, inevitavelmente, a questionar sobre o que se ensina ainda hoje acerca da história de Portugal e da história em geral. Porque também a «história é o que a Humanidade sabe de si mesma, a sua certeza de si mesma» (J. G. Droysen, *Histórica. Lecciones sobre la Enciclopédia y metodología de la historia*, Barcelona, 1983).

Genética, arqueologia, linguística, algumas das disciplinas que aqui abordámos, são absolutamente indispensáveis para o historiador fazer a sua síntese, colocar as suas hipóteses ou especulações lógicas possíveis sobre quem, como e porquê aqui se chegou. Muitas outras disciplinas serão também essenciais (citámos a paleogeografia, a paleozoologia e a paleobotânica), mas a antropologia e a etnologia, o estudo das lendas, das tradições populares, escritas e orais são igualmente obrigatórias. A estas terá de recorrer o historiador que, sobretudo no caso da Pré-História, não dispõe senão do documento não escrito ou do documento escrito muito mais tardio, maioritariamente da autoria de forâneos, como acontece no caso dos povos ibéricos. E são material primordial, caso não queiramos contentar-nos com o que penso ser a pequena história, com objecto e horizonte limitados, isto é, a história política, económica, administrativa, etc. Porque creio serem estas redutoras, feitas sobretudo a partir do estudo das elites, dos vencedores, das relações de poder; porque, além disso, são mais susceptíveis de sofrer a influência de ideologias, a influência do pensamento dominante, deturpador e manipulador da realidade histórica e dos respectivos contextos; porque, enfim, deixam de fora todo um passado distante, mas colectivo.

Neste sentido, a *Lenda da Fundação* foi o ponto de partida que me levou a trilhar caminhos surpreendentes, a colocar hipóteses diferentes que o tempo e a ciência poderão ir comprovando ou não. E creio que esses caminhos podem levar-nos longe na tentativa de reencontrarmos as nossas raízes culturais e identitárias mais profundas, a nossa certeza de nós. Fez, inclusivamente, perguntar-me se a saudade, característica tão nossa, não entroncaria exactamente nessa ancestralidade de cultura céltica, onde é tão visível o culto dos antepassados, e nessa marca, inscri-

ta talvez no inconsciente colectivo, do *refúgio ibérico*, de onde terá emergido de novo o homem europeu.

Faz, igualmente, perguntar-me se as tradições, ou simples rumores que as populações ainda hoje preferem transmitir oralmente – num *diz-se que...* ou *conta-se que...* –, não estarão na linha de continuidade que se aventou acerca da nossa ancestralidade céltica. Assim como poderão explicar a tradicional e espontânea multiplicidade dos poetas populares deste país. Por um lado, e segundo se supõe, a oralidade era a regra de os Celtas transmitirem os seus conhecimentos – mesmo depois da vulgarização da escrita entre os povos contemporâneos seus vizinhos – e, por outro lado, já Estrabão se admirava com a prática comum da transmissão em verso da história, da literatura e do direito, característica vinda, segundo este autor, do passado remoto de alguns dos povos peninsulares.

Embora estas sejam especulações, penso que terão alguma pertinência e careçam de investigação.

De qualquer modo, espero ter deixado reflectida neste trabalho uma pequena amostra da importância que julgo ter o aprofundar desses estudos, bem como espero ter deixado algumas pistas para se ir muito mais além no desvendar desta enorme riqueza cultural do território onde vivemos. Creio que reside também na concordância entre Mito – de que as lendas são resquícios – e História a caracterização do rosto da península onde a Terra acaba e o Mar começa...

«Todos os rios correm para o mar, e o mar não se enche. Ao lugar de onde vieram, ali voltam para correr de novo» (*Eclesiastes*, 1, 7).

ÍNDICE

PRÓLOGO, 3

**I Parte. A GENÉTICA, A SUA RELAÇÃO COM A ARQUEOLOGIA
E A LENDA DA FUNDAÇÃO DE PORTUGAL, IRLANDA E ESCÓCIA, 4**

II Parte. O PARADIGMA DA CONTINUIDADE PALEOLÍTICA, 11

1º - A problemática dos Celtas, 11

2º - A Teoria da Continuidade Paleolítica, 15

3º - Antiguidade das línguas celtóides indo-europeias da Península Ibérica, 22

4º - A TCP (ou Paradigma da Continuidade Paleolítica) aplicada a Portugal, 26

A) *As lendas de mouras e mouros encantados*, 28

B) *O rio Lima ou Lethes, o rio do «Esquecimento»*, 33

C) *O promontório Sacro: cabo de São Vicente/Sagres*, 35

1) *O Promontório e os testemunhos da mitologia grega e romana*, 36

2) *O promontório Sacro e os primitivos reis míticos e fundadores de Portugal, Túbal e Hércules*, 37

3) *O promontório Sacro e a continuidade da sacralização*, 38

4) *O promontório Sacro e a lenda cristã*, 40

D) *O culto das cabeças*, 42

CONCLUSÃO, 43

